



EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.007/2026
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 6.248/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, através de sua **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**, doravante denominada SEINFRA/PMJP, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma administrativa direta, com sede na Av. Rio Grande do Sul, n.º 721, CEP 58.030-020, Telefone (083) 3213-6605, no Bairro dos Estados, na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, através da Comissão Setorial de Licitação, nomeada por ato do Sr. Secretário de Infraestrutura, através da Portaria datada de 31 de janeiro de 2024 publicada no DOM nº 0459 na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço por LOTE, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do **Decreto n. 10.242, de 03 de fevereiro de 2023** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as **condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos**.

UASG: 982051

Nº DA LICITAÇÃO NO COMPRAS.GOV: 91107/2026

Local do Certame: www.compras.gov.br

Data da sessão Pública: 06/07/2026

Hora: 09:00h

Modo de disputa: Aberto

Regime de Execução: Empreitada por preço Unitário

Critério de julgamento: Menor Preço

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para construção da praça localizada no acesso à Avenida Ayrton Senna da Silva, situada no Parque Arruda Câmara, no Setor 20, Quadra 55, Lote 0498, na Rua Professor Sizenando Costa**, segundo discriminação abaixo que fazem parte integrante do presente edital.

1.2. A licitação será realizada em LOTE único, conforme tabela constante no Projeto Básico/Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O orçamento estimado do objeto de contratação, consta no Termo de Referência/Orçamento, anexos do edital.

1.4. As despesas decorrente da contratação estão previstas na dotação orçamentária que segue:

Classificação Funcional:	11000.11101.15.451.5099.111063
	11000.11101.04.122.5099.111086

Natureza da despesa:	44.90.51
-----------------------------	----------

Fonte de Recursos:	1.5.00
---------------------------	--------

2. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

2.1.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.3 2.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o micro empreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.4. Da Subcontratação:

2.4.1. Será admitida a subcontratação de serviço ou parcela acessória de serviços ou obras que compõem o objeto desta licitação, **restrita ao limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;**

2.4.2. É vedada a subcontratação completa do objeto da licitação ou da parcela principal da obrigação. Esta abrange os itens de maior relevância técnica e valor significativo assim definidos no instrumento convocatório para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional;

2.4.3. Toda subcontratação deve ser previamente submetida à apreciação da CONTRATANTE, apenas podendo ser efetivada após a sua expressa anuência;

2.4.4 Para a anuência da subcontratação a CONTRATADA deverá indicar:

- a natureza da subcontratação desejada;
- nome, razão social e o endereço da subcontratada proposta;
- prazo de subcontratação;
- quadro de funcionários e relação de equipamentos;
- descrição dos serviços a serem por elas executados e seus respectivos valores.

2.5 Cabe à CONTRATANTE avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis;

2.6 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

2.7 A relação que se estabelecerá na assinatura do Contrato será exclusivamente com a CONTRATADA, não havendo nenhum vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Administração Pública e a subcontratada, inclusive no que seja pertinente à medição e pagamentos pela contratada em relação à subcontratada.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Tendo em vista que o valor da contratação não é de grande vulto e o objeto não ser de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.4.2 e 2.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.4.2 e 2.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua

como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.1.1. O agente de contratação verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório quanto ao objeto e ao preço.

3.1.1.1. Serão imediatamente desclassificadas, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1. Na apresentação das propostas deverá ser observado o prazo previsto no Art. 55 Lei 14.133/2021

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. o item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos quando couber:

4.1.1. valor total do LOTE;

4.1.2. marca;

4.1.3. fabricante;

4.1.4 Declaração de Endereço Eletrônico, conforme anexo IX.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido

processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do LOTE**;

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao estimado por esta Administração ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *01 (um) minuto*.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.10.1 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.10.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o

Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.10.6 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

5.10.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

5.10.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.10.9 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.10.10 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no www.compras.gov.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.10.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.10.12 Em relação as microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 e alterações.

5.10.13 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.10.14 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.10.15 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

5.10.16 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

5.10.17 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus

às margens de preferência, conforme regulamento;

5.10.18 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.10.19 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem;

5.10.20 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.10.21 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

5.10.22 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.10.23 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.10.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por;

5.10.25 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.10.26 Empresas brasileiras;

5.10.27 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.10.28 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.10.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.10.30 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.10.31 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.10.32 Após a negociação do preço (se houver), o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, nos termos do item 4.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.4 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura

contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4 Cadastro de Fornecedores do Município de João Pessoa – CRF;

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas neste instrumento convocatório;

6.6.3. Apresente preços manifestadamente inexequível ou permaneça acima do preço máximo definido para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no *caput* do art. 59 do Decreto Municipal nº 10.372 de 06 de setembro de 2023;

6.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou

6.6.5. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

6.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput* do artigo 47 do Decreto Municipal

nº10.242/2023, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.7.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1. O agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

6.9.2. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

6.9.2.1. Necessário para complementação de informação acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

6.9.2.2. Destinado a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso

de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11.3. Que os licitantes usem na formação das propostas a planilha base do orçamento elaborado pela Seinfra-PMJP, uma vez que facilita a análise da proposta pela Comissão, o que em outra opção, não constituem motivo para a desclassificação da proposta

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12.1 Antes de ter sua Proposta desclassificada por inexecutabilidade, ao Licitante será franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

a) Para tanto, será concedido a esse Licitante, 1 (um) dia útil a partir da solicitação expedida pelo Agente de Contratação, prorrogável por igual período a pedido do Licitante, para que possa fazer uso da oportunidade de defesa de sua Proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

b) O Licitante deverá demonstrar que o valor da Proposta é compatível com a execução do objeto licitado, em seu todo e suas fases, porém de modo especial no que se refere a itens de valor materialmente relevante e essenciais para a boa execução do objeto licitado que são aqueles obtidos pela curva ABC, mas sem se limitar a esses quando cabível/necessário, relativo aos custos dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos, sem prejuízo de outros argumentos e provas que possam vir a esclarecer/comprovar a exequibilidade da proposta.

b1) Para tanto, deverão ser apresentadas as composições de custos unitários e correspondentes custos, acompanhadas da origem desses valores e, quando os custos apresentados não tiverem procedência de Bando de Preços Oficiais, anexar cotações de mercado certificadas pelos fornecedores (ou outros documentos comprobatórios dos preços unitários ofertados). Quanto aos coeficientes de produtividades e de consumo apresentados informar o referencial técnico de origem, que seja reconhecido e de acesso público.

b2) A comprovação da exequibilidade deverá ser feita pelo Licitante mediante a apresentação de documentos idôneos que demonstrem os custos incorridos para a execução do objeto e, em regra, não serão aceitas provas unilaterais como declarações “eu consigo fazer” ou planilhas sem qualquer fundamentação da composição de custos e/ou valores/coeficientes/índices, elaboradas pelo próprio Licitante sem lastro documental. Em função do caso concreto poderão ser aceitos documentos

- diversos a esses elencados.
- c) A análise de exequibilidade da Proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na Proposta.
- d) O Agente de Contratação quando da solicitação poderá apontar itens de necessidades pontuais a serem atendidos pelo Licitante.
- e) A não comprovação da exequibilidade da Proposta resultará em sua desclassificação.

7.0 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 – Serão desclassificadas as Propostas de Preços: elaboradas em desacordo com o Edital e/ou as que proponham porcentagens de descontos sobre os preços mais baixos apresentados – ou seja, qualquer tentativa de manipular a concorrência por meio de descontos baseados nos preços de outros concorrentes (tentar sempre ficar abaixo do menor preço já proposto, independente do custo real ou valor justo do serviço) é inaceitável e resultará em desclassificação da proposta; cujo preço total proposto e/ou qualquer unitário for(em) superior(es) ao estabelecido pela Seinfra/PMJP; cujo preço total proposto e/ou qualquer unitário for(em) manifestamente inexecutável(eis), aferido(s) com base no critério estabelecido no Art. 59, §§ 3º e 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando não restar demonstrada a exequibilidade; propostas de preços que indicarem mês de referência anterior àquele estipulado no orçamento da SEINFRA; deixar de cotar qualquer dos itens da obra; alterar quantidade constante da planilha; e cotar preço unitário divergente para o mesmo tipo de serviços.

7.2 – Uma vez submetidas, as propostas de preços não poderão ser modificadas ou substituídas, para garantir a igualdade de condições entre todos os licitantes e a integridade do processo de licitação. Esta regra assegura que todos os participantes se comprometam de forma definitiva com as condições apresentadas em suas propostas.

7.2.1 – Diante da possibilidade de ocorrência de erros formais ou materiais não intencionais, o Agente de Contratação poderá, a seu critério e sob condições estritas, permitir a correção de tais erros. Essas correções são limitadas a aspectos que não alterem a substância da proposta de preços ou a competitividade do processo licitatório. A possibilidade de correção destina-se exclusivamente a erros evidentes que não confirmem vantagem ao licitante em detrimento dos demais.

7.2.2 – A correção de erros somente será permitida mediante solicitação formal do Agente de Contratação, que fornecerá um prazo para a sua regularização. O licitante deverá apresentar a documentação corrigida dentro deste prazo, respeitando todas as normas e requisitos estabelecidos no edital.

7.2.3 – Todo o processo de correção será documentado e incluído nos registros da licitação para garantir a transparência e a accountability. As correções permitidas e as justificativas para as mesmas serão publicamente disponibilizadas junto aos demais documentos da licitação.

7.2.4 – Os preços unitários máximos estabelecidos são os constantes na Planilha Orçamentária da Seinfra/PMJP, anexa ao processo, que considera o mês de referência e os bancos de dados nela estabelecidos.

7.3 – A proposta de preços final ajustada, quando solicitada via sistema no compras.gov.br, deverá ser

constituída dos seguintes elementos:

7.3.1 – Carta Proposta, conforme modelo do Anexo IV – Carta Proposta deste Edital, na qual conste a razão social da licitante, seu endereço comercial, eletrônico e telefone atualizados, e número do CNPJ/MF; nome, RG, CPF e assinatura do responsável ou representante legal, e ainda: preço global para a execução dos serviços objeto da licitação; mês de referência da proposta conforme orçamento base da Administração; e, prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação;

7.3.2 – Planilha Orçamentária – contendo quadro de quantitativos e preços unitários, com seus respectivos subtotais.

7.3.3 – Quadro de Encargos Sociais, conforme padrão da Prefeitura.

7.3.4 – Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI – Bonificação de Despesas Indiretas –, conforme padrão da Prefeitura.

7.3.5 – Cronograma Físico e Financeiro, conforme modelo anexo ao processo, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, levando-se em consideração o prazo máximo de execução da obra que será de 04 (quatro) meses.

7.3.6 – Composição de Preços Unitários de todos os itens da planilha orçamentária.

7.3.7 – Declaração de que sua proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo I deste Edital.

7.4 – A Planilha Orçamentária, o Cronograma Físico e Financeiro, o Quadro de Encargos Sociais, o Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI e o Cronograma Físico e Financeiro deverão ser assinados por Engenheiro Civil, com indicação do número da carteira do CREA, como dispõe os Arts. 13 e 14 da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966; bem como assinados pelo representante legal da empresa.

7.5 – Nos preços unitários propostos deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, diretas ou indiretas, que venham a incidir sobre eles, representando a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, perdas, mão de obra, equipamentos, controles tecnológicos e eventuais encargos necessários à completa execução dos serviços.

7.6 É facultada à Comissão Setorial de Licitação a correção dos erros resultado da multiplicação dos preços unitários pela quantidade, prevalecendo o preço unitário e corrigindo-se o valor total. Nos casos onde houver discrepância entre o valor da soma na planilha e o valor somado pela Comissão,

prevalecerá o valor corrigido pela COMISSÃO.

7.7 – Os preços unitários deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais e as operações matemáticas deverão considerar apenas 2 (duas) casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª (terceira) casa decimal, independentemente da aproximação.

7.8 – Para todos os serviços prevalecem os preços resultantes da proposta configurada pela Seinfra/PMJP.

7.9. Os documentos constantes alíneas "b", "c" e "cl" do item 10, subitem 10.2, deverão ser apresentados contendo o nome do concorrente identificação do Engenheiro Responsável Técnico com o número da carteira do CREA e assinatura do mesmo, conforme Lei Federal n.º 5.194 de 24.12.66. Como também a assinatura do representante legal da firma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 44 a 50 do Decreto Municipal nº 10.372, de 2023](#).

8.1.1. Para fins de habilitação dos licitantes, será exigido, de acordo com a Seção VI do Capítulo III do Decreto Municipal nº 10.372 de 2023, no máximo, a documentação relativa:

8.1.1.1. à habilitação jurídica;

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

c) Documento de identificação dos sócios.

8.1.1.2 à qualificação técnica;

a) A licitante deverá apresentar Certidão de Registro no CREA e/ou CAU da sede da licitante e dos seus responsáveis técnicos, contendo os dados cadastrais atualizados. Justifica-se para fins deste certame considerando percentuais máximos de 50% dos quantitativos dos serviços constantes na Planilha de Orçamento e Curva ABC de Serviços, conforme estabelecido no Art. 67 da Lei 14.133/2021. A exigência de comprovação de experiência em serviços de relevância técnica ou valor significativo visa mitigar os riscos de contratação, garantindo que a empresa licitante possua domínio técnico e operacional necessário para a execução adequada do objeto contratual.

b) Certidão de Registro no CREA ou CAU, observado o disposto no Artigo 67 da Lei 14.133/2021 da empresa e dos seus responsáveis técnicos. Sendo a sede da empresa de outras unidades da Federação, impõe-se a obtenção do visto do órgão regional quando da eventual assinatura do contrato, como condição para o exercício das funções em território estadual.

c) No ato da efetivação do contrato, a empresa vencedora do certame, cuja sede social esteja localizada fora do Estado da Paraíba, deverá apresentar ao contratante a Certidão de Registro junto ao CREA/CAU, bem como formalizar o visto no CREA/PB ou no CAU/PB, em conformidade com as disposições da Resolução nº 1.121/19 do CONFEA.

d) O mesmo procedimento deverá ser adotado caso o responsável técnico indicado pela empresa vencedora do certame não possua registro no CREA/PB ou no CAU/PB, devendo ser apresentado o devido visto para validade do contrato.

e) 1. Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional;

Comprovação que possui em seu quadro, profissional, detentor de atestado e/ou Registro de Responsabilidade Técnica, acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitido pelo CREA ou CAU, para execução de serviços com características semelhantes ao objeto deste certame licitatório, descritas a seguir, nos termos da Lei 14.133/2021, ART 67, a saber::

- **GUARDA CORPO EM MADEIRA;**
- **EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO ARMADO;**
- **EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO.**

e) 2. Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional;

Apresentação de atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, para execução de Serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo, considerando os serviços e quantidades descritos a seguir:

- **GUARDA CORPO EM MADEIRA – 69,57 m;**
- **EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO ARMADO – 123,7m²;**
- **EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO – 190,08 m².**

Tratam-se, portanto, de serviços de relevância técnica e/ou valor significativo e que fazem parte do escopo principal do objeto. Os requisitos fornecerão os subsídios para selecionar a empresa com a qualificação técnica mínima necessária para a execução do objeto contratual.

As exigências aqui estabelecidas estão amparadas legalmente nos Artigos 18, inciso IX, e 67 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a licitação selecione uma empresa tecnicamente capacitada, minimizando riscos de execução inadequada e assegurando a qualidade dos serviços contratados.

f.1) Esses documentos devem indicar a licitante como executora e estar vinculados às Certidões de Acervo Técnico – CAT registradas no CREA do profissional responsável pelo serviço, ou às Certidões de Acervo Operacional – CAO, conforme estabelecido pela Resolução n.º 1.137, de 31 de março de 2023, do CONFEA. Deverão ser apresentados tanto os documentos comprobatórios (Certidões, Atestados ou Declarações), quanto às respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, ou Certidões de Acervo Operacional – CAO.

f.2) A depender da natureza do objeto, especificamente em obras e serviços de engenharia, poderão ser aceitas, para fins de comprovação, certidões emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando aplicável e pertinente.

g) Para fins deste Edital, considera-se como parte do Quadro de Pessoal Técnico da empresa: sócios, diretores, empregados, responsáveis técnicos e profissionais contratados especificamente para o projeto.

h) Prova do vínculo descrito na alínea b):

i.1) Vínculo Societário: Apresentação do ato constitutivo da empresa, registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da licitante. Secretaria de Infraestrutura de João Pessoa

- i.2) Diretor: Apresentação de cópia do Contrato Social para empresas individuais ou limitadas, ou cópia da ata de eleição publicada em jornal de grande circulação para sociedades anônimas.
- i.3) Vínculo Empregatício: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), mostrando o registro do emprego e as alterações salariais mais recentes; ou contrato de trabalho atualizado.
- i.4) Responsável Técnico: Cópia da certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou documentos equivalentes que comprovem a ligação do profissional como responsável técnico da empresa.
- i.5) Profissional Autônomo: Contrato de prestação de serviços, sem vínculo empregatício, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
- i.6) Admite-se, também, a apresentação de DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA de profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico, com sua devida anuência.

8.1.1.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa: Quitação de Tributos e Contribuições Sociais administrados pela RFB (Receita Federal do Brasil) e quanto a Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou documento equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

8.1.1.4. à qualificação econômico-financeira;

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

1. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante e estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e pelo empresário ou sociedade empresária (Art. 1.184, § 2º, Código Civil)

2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

3. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado, mediante via impressa por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

b) Relatório descritivo e demonstrativo do Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade indicando a boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, após a análise dos indicadores Financeiros e Econômicos extraídos do último balanço do Exercício Financeiro e comparados com os parâmetros dos indicadores previstos e abaixo descritos:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

c) Relação dos contratos e outros compromissos com obras e ou serviços que importem diminuição de sua capacidade operativa (art. 62, da Lei nº 14.133/2021) ou absorção de sua disponibilidade financeira, apresentando o DESCRITIVO DO OBJETO, o VALOR MEDIDO, o VALOR A MEDIR e o PERCENTUAL EXECUTADO de cada contrato:

1. Se a licitante não tiver compromissos, deverá apresentar Declaração neste sentido.

d) Demonstrativo, a ser APRESENTADO PELA LICITANTE E ASSINADO PELO SEU REPRESENTANTE LEGAL NA FORMA DO DISPOSITIVO EM SEU CONTRATO SOCIAL, com dados do seu último balanço já exigível na forma da lei, de que a licitante possui disponibilidade financeira líquida – DFL, igual ao valor total do orçamento do órgão licitante ($DFL \geq \text{VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO DO ÓRGÃO LICITANTE}$) a qual mede a capacidade que a licitante possui de contratar com a Administração Pública Municipal, obtida através da fórmula $DFL = (10 \times PL) - VA$, onde:

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;

PL = Patrimônio Líquido

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e/ou serviços em andamento ou a iniciar, devidamente comprovados mediante balancete analítico.

e) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da pessoa jurídica. Caso não conste outro prazo de validade da certidão, serão aceitas certidões emitidas nos últimos 90 (noventa) dias, antes da data da sessão de abertura da licitação, descrita no preâmbulo do Edital.

8.2. Quando permitida a participação na licitação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, serão observadas às condições dispostas de profissionais organizadas sob a forma de cooperativa, serão observadas as condições dispostas no art.16 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 38, IV, do Decreto Municipal Lei nº 10.242/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

8.6.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.6.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horários exclusivos, a ser agendado pelo e-mail cslseinfra23@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.6.3. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.6.4. A habilitação será verificada por meio do Sicaf/CRF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação

8.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf/CRF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

8.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.9. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10.3. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de habilitação e contratação, e não como condição

para participação na licitação (art. 65 do Decreto Municipal nº 10.372/2023).

8.14 – A proposta de preços final ajustada, quando solicitada via sistema no [compras.gov](https://compras.gov.br), deverá ser constituída dos seguintes elementos:

8.14.1 – Carta Proposta, conforme modelo do **Anexo IV – Carta Proposta deste Edital**, na qual conste a razão social da licitante, seu endereço comercial, eletrônico e telefone atualizados, e número do CNPJ/MF; nome, RG, CPF e assinatura do responsável ou representante legal, e ainda:

preço global para a execução dos serviços objeto da licitação; mês de referência da proposta conforme orçamento base da Administração; e, prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação**;

8.14.2 – Planilha Orçamentária – contendo quadro de quantitativos e preços unitários, com seus respectivos subtotais, conforme modelo no Portal da Transparência;

8.14.3 – Quadro de Encargos Sociais, conforme modelo no Portal da Transparência;

8.14.4 – Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI – Bonificação de Despesas Indiretas –, conforme anexo no Portal da Transparência;

8.14.5 – Cronograma Físico e Financeiro, conforme modelo anexo ao processo, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, levando-se em consideração o **prazo máximo de execução da obra que será de 04 (quatro) meses.**

8.14.6 – Composição de Preços Unitários de todos os itens da planilha orçamentária.

8.14.7 – Declaração de que sua proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas, conforme Anexo 1 deste Edital.

8.14.8 – A Planilha Orçamentária, o Cronograma Físico e Financeiro, o Quadro de Encargos Sociais, o Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI e o Cronograma Físico e Financeiro deverão ser assinados por Engenheiro Civil, com indicação do número da carteira do CREA, como dispõe os Arts. 13 e 14 da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966; bem como assinados pelo representante legal da empresa.

8.14.9 – Nos preços unitários propostos deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, diretas ou indiretas, que venham a incidir sobre eles, representando a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, perdas, mão de obra, equipamentos, controles tecnológicos e eventuais encargos necessários à completa execução dos serviços.

8.14.10 É facultada ao agente e equipe apoio de contratação a correção dos erros resultado da multiplicação dos preços unitários pela quantidade, prevalecendo o preço unitário e corrigindo-se o valor total. Nos casos onde houver discrepância entre o valor da soma na planilha e o valor somado pelo ao agente e equipe apoio, prevalecerá o valor corrigido.

8.14.11 – Os preços unitários deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais e as operações matemáticas deverão considerar apenas 2 (duas) casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª (terceira) casa decimal, independentemente da aproximação.

8.14.12 – Para todos os serviços prevalecem os preços resultantes da proposta configurada pela Seinfra/PMJP.

8.14.13. Os documentos constantes alíneas "b", "c" e "cl" do item 7, subitem 8.1.1.2, deverão ser apresentados contendo o nome do concorrente identificação do Engenheiro Responsável Técnico com o número da carteira do CREA e assinatura do mesmo, conforme Lei Federal n.º 5.194 de 24.12.66.

Como também a assinatura do representante legal da firma.

8.14.14. O responsável técnico e indicado e que em conjunto assinar as declarações deverá ser o mesmo que foi indicado para atendimento as exigências de habilitação, inclusive no subitem 8.1.1.2, alínea "b", e deverá ser o mesmo para atender ao item 8.1.1.2. deste Edital.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, conforme previsto no artigo 55 do Decreto Municipal nº 10.372/2023, se darão na forma dos artigos 164 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. No caso de anulação ou revogação da licitação, o Decreto Municipal nº 10.372/2023, elencou no seu artigo 57 § 1º, que serão seguidas as disposições contidas no artigo 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.4.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será até 10 (dez) minutos.

9.4.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata da sessão de julgamento de habilitação ou inabilitação da licitante melhor colocada;

9.4.4. os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema. Caso haja falha no sistema encaminha as razões recursais via e-mail: cslseinfra23@gmail.com.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos com base na Lei Municipal nº 15.273/2024; o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer

documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.2.9. Fraudar a licitação;

10.1.2.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.2.11 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.2.12 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.3. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.4. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.4.1. Advertência;

10.4.2. Multa;

10.4.3. Impedimento de licitar e contratar; e

10.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.6.1. Para as infrações previstas nos itens 10.4.2 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.6.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.2, 10.2 10.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.2, 10.2 e 10.3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.4.1, 10.4.2 e 10.4.3.

10.10.1 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.10.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.2.7 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10.3. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de

processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.10.4. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10.5. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de indoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.11.1 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, inserir em campo próprio no sistema compras.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. PRAZOS - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES

12.1. O prazo de execução é de 04 (quatro) meses contados do(a) a partir da assinatura da ordem de serviço, conforme cronograma físico-financeiro, sugerido disposto no orçamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Após a comunicação da OS, será dado um prazo de 72 (setenta e duas) horas para o contratado recebê-la.

12.3. A contratada deverá empregar equipes de trabalho suficientes, bem como adequada gestão logística para suprimento de materiais e equipamentos necessários a obra para que seja cumprido o prazo estabelecido.

12.4. O prazo contratual decorre de mais 06 (seis) meses após conclusão do prazo de execução.

12.5. A inobservância do prazo estipulado neste Contrato, ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

12.6. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.8. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado, com data-base vinculada à data do orçamento estimado da proposta. (art. 92, V).

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o (INCC) (O Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, vez que, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/> e Tribunal de Contas do estado da Paraíba.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência/Especificações Técnicas/Memória de Cálculos

Anexo II - Minuta do Contrato

Anexo III - Planilha de quantitativos e qualitativos e Cronograma Físico/Financeiro (Disponível no Portal da Transparência da PMJP);

Anexo IV – Formulário – Proposta

Anexo V - Declaração Contendo o nome e nº do CREA do Engenheiro;

Anexo VI – Modelo de declaração de vínculo de parentesco;

Anexo VII - Declaração de quantitativos de serviços

Anexo VIII – Declaração de cumprimento da cota de aprendizes, sendo que, para o caso de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que esteja em situação de vulnerabilidade ou de riscos sociais, nos termos do artigo 53, caput, incisos I a III, §§1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018.



Anexo IX – Declaração de Endereço Eletrônico.

João Pessoa/PB, data da assinatura digital.

Khristiane Boudoux Silva
Agente de Contratação /SEINFRA

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO DOS
PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA A OBRA DE
EMPRAÇAMENTO DO ACESSO PELA AVENIDA AYRTON SENNA DO
PARQUE ARRUDA CÂMARA, LOCALIZADO NA AVENIDA AYRTON SENNA
- ROGER - JOÃO PESSOA / PB**

Termo de Referência - TR

João Pessoa, fevereiro de 2026

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo fixar os requisitos básicos necessários e demais condições a serem adotadas e exigidas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa na elaboração dos Projetos Executivos de Engenharia para a obra do acesso pela Avenida Ayrton Senna do Parque Arruda Câmara, localizado na Avenida Ayrton Senna, Roger, João Pessoa-PB.

2. OBJETO

Contratação de serviços especializados para elaboração dos Projetos Executivos de Engenharia para a obra de construção do acesso pela Avenida Ayrton Senna do Parque Arruda Câmara, localizado na Avenida Ayrton Senna, Roger, João Pessoa-PB.

Os projetos que compõem a contratação são:

- Iluminação Pública;
- Pavimentação;
- Terraplanagem.

2.1. PRAZO

O projeto deverá ser desenvolvido de acordo com o cronograma físico-financeiro, parte integrante do projeto básico, a partir da Ordem de Serviço.

Após a comunicação da OS, será dado um prazo de 72 (setenta e duas) horas para a contratada recebê-la. Caso a mesma não a tenha recebido neste período será dado início à contagem do prazo para entrega dos trabalhos.

2.2. CUSTOS

Os valores para a elaboração dos projetos constam na planilha orçamentária.

Os serviços serão pagos conforme descrito no cronograma físico-financeiro e mediante aprovação pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).

3. TERMINOLOGIA

Contratante: Órgão que contrata a elaboração do Projeto Executivo.

Contratada: Empresa contratada para a elaboração do Projeto Executivo.

Fiscalização: Atividade exercida de modo sistemático pelo Contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

Projeto Executivo: Conjunto de informações técnicas necessárias e suficientes para a realização do empreendimento, contendo de forma clara, precisa e completa todas as indicações e detalhes construtivos para a perfeita instalação, montagem e execução da obra.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais e de mais normas técnicas, em suas versões mais atualizadas, pertinentes ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e independente de citação.

4.2. DURANTE A ELABORAÇÃO DO PROJETO, A CONTRATADA DEVERÁ:

Providenciar, junto ao CREA, as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da lei n.º 6496/77;

Providenciar, junto ao CAU/UF, os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, conforme a Resolução CAU/BR nº 91/2014 e demais normas aplicáveis;

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;

Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato até o recebimento definitivo

dos serviços;

Plano Diretor da localidade (município); Código de Obras do município;

Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros, relativos à obra em questão;

Normas e regulamentos dos órgãos ambientais nas esferas municipal, estadual e Federal;

Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais pertinentes ao atendimento do projeto;

Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI;

Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;

Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;

OBSERVAÇÃO: Os direitos patrimoniais inerentes aos projetos aqui descritos serão cedidos à Administração Pública, nos termos do art.93 da Lei nº14.133/2021.

4.3. MATERIAL TÉCNICO DISPONÍVEL

Os Projetos e de mais documentos existentes nas dependências do Contratante, referentes à área objeto de intervenção, serão colocados à disposição da Contratada, que se incumbirá de executar quais quer conferências e/ou levantamentos que se fizerem necessários para o desenvolvimento do trabalho.

4.4. COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE

A Contratada indicará um Coordenador para o desenvolvimento do Projeto como um todo, assim como os responsáveis técnicos para cada atividade técnica específica, fornecendo ao Contratante os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica.

A coordenação das atividades técnicas do Projeto deve ser feita em função das determinações do Projeto de Arquitetura.

O autor ou responsável técnico designado, deverá prestar assessoramento no momento da execução do projeto para o qual foi elaborado, realizando visitas técnicas

sempre que solicitado e formalizado pelo contratante.

A Contratada, bem como o(s) autor(es) do projeto, se responsabilizam em esclarecer, corrigir ou solucionar toda e quaisquer incompatibilidades existentes nos projetos, planilhas e memoriais, e que forem diagnosticados no momento da execução da obra. Prestando em tempo hábil as correções necessárias ou esclarecendo ao Engenheiro Residente toda e qualquer dúvida que surgir durante a fase de execução da obra. O acionamento da Contratada para a solução de problemas não terá custo nenhum para a Contratante.

A Contratada deve ter atenção redobrada na elaboração da planilha orçamentária, para que os quantitativos de materiais e serviços sejam levantados de forma a não passar e nem faltar na hora da execução, gerando dessa forma aditivos ou alocação desnecessária de verbas para execução da obra.

A responsabilidade pela elaboração e exatidão do projeto EXECUTIVO será da Contratada.

Todas as peças técnicas que compõem os projetos deverão conter o nome completo, o número de registro no Conselho e a rubrica dos responsáveis. Todos os responsáveis pelas áreas técnicas específicas deverão apresentar ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica - CREA) ou RRTs (Registro de Responsabilidade Técnica-CAU), pelos projetos executados.

As empresas ou profissionais participantes dos projetos não poderão participar da execução das obras.

4.5. DESENVOLVIMENTOS DO PROJETO

Todos os Projetos deverão ser desenvolvidos em conformidade com as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção e com este Termo de Referência, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pelo Contratante.

O desenvolvimento de todas as etapas do Projeto é de responsabilidade da Contratada, desde a consulta preliminar até a aprovação final.

Os trabalhos deverão ser rigorosamente realizados em obediência às etapas de Projeto estabelecidas no item 5-Projeto executivo, de modo a evoluírem gradual e

continuamente em direção aos objetivos estabelecidos pelo Contratante e reduzirem-se os riscos de perdas e dos serviços refeitos.

A Contratada deverá providenciar junto ao CREA, CAU, ou qualquer órgão da classe responsável, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes a todos os Projetos e atividades técnicas objeto deste Termo de Referência, inclusive da Planilha Orçamentária.

A Contratada deverá entregar, ao Contratante, uma via das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) relativas a cada um dos Projetos específicos, devidamente quitadas pela contratada.

A Contratada deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.

A Contratada deverá possuir ou providenciar os equipamentos, os materiais, os insumos, a mão de obra, os meios de transporte, e demais itens necessários ao desenvolvimento de todas as etapas do Projeto.

Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente como Contratante antes da execução dos serviços correspondentes.

Os documentos técnicos produzidos em cada etapa de elaboração do Projeto devem ser submetidos à avaliação do Contratante como condição indispensável ao desenvolvimento da próxima etapa.

Será de responsabilidade dos autores dos Projetos a introdução das modificações necessárias à sua aprovação.

Os documentos técnicos que forem rejeitados, parciais ou totalmente, devem ser revistos ou alterados apenas pelos autores e submetidos à nova avaliação.

Os trâmites para a aprovação dos Projetos junto aos órgãos oficiais e às concessionárias de serviços serão de responsabilidade da Contratada, através dos autores dos projetos.

As propriedades apontadas pelo Contratante, e pelos órgãos de aprovação, fiscalização e controle serão corrigidas pela Contratada sem custo adicional para o Contratante.

A aprovação do Projeto não eximirá os autores dos Projetos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.

A Contratada deverá encaminhar ao Contratante, cópia dos Projetos com os carimbos de aprovação e chancela dos órgãos competentes.

O Contratante deterá o direito de propriedade intelectual dos Projetos desenvolvidos assim como de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Contratante.

5. PROJETO EXECUTIVO

5.1. PROJETO EXECUTIVO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) E REDE SUBTERRÂNEA DE BAIXA TENSÃO PARA ALIMENTAÇÃO DA IP

O projeto Executivo de Iluminação Pública deve obedecer às normas específicas e atuais da ABNT e da Concessionária Local (ENERGISA/PB), em especial a NBR 5101:2024, NBR5410:2004, NDU035:2022 e demais normas e regulamentos aplicáveis, garantindo a adequação técnica e legal do projeto. O projeto deverá apresentar os sistemas de iluminação dos espaços públicos da área, compreendendo as vias, acessos, e demais espaços públicos do conjunto, compatibilizado com o projeto urbanístico aprovado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. Além disso, deverá contemplar a implantação de luminárias LED com tecnologia eficiente e sustentável.

A Rede Subterrânea de Distribuição terá sua alimentação a partir da rede do sistema da concessionária local ENERGISA e deverá contemplar no projeto executivo os seguintes itens:

- Infraestrutura elétrica para alimentação das luminárias e demais equipamentos públicos;
- Adoção de cabos, eletrodutos e caixas de passagem conforme padrões da

ENERGISA;

- Definição dos pontos de conexão com a rede existente e estudos de demanda elétrica.

O relatório do projeto elétrico deverá apresentar, além das solicitações que foram mencionadas nesse termo, os seguintes documentos:

- a) Planta geral da iluminação pública e rede elétrica subterrânea, indicando localização, quantidade e potência das luminárias, além dos pontos de alimentação e conexões;
- b) Diagramas unifilares e multifilares do sistema elétrico;
- c) Detalhamentos construtivos de instalação das luminárias e infraestrutura elétrica subterrânea
- d) Descrição do sistema luminotécnico e elétrico, incluindo tecnologia adotada e critérios de desempenho;
- e) Memorial descritivo do projeto contendo:
 - Descrição dos sistemas, incluindo tecnologia adotada e critérios de desempenho;
 - Quantitativo de materiais, detalhando modelos, especificações e quantidades de cada componente;
 - Memória de cálculo, justificando os parâmetros adotados e o atendimento aos requisitos normativos;
 - Especificações técnicas dos equipamentos, incluindo luminárias, cabos, dispositivos de proteção, comando e controle.

O projeto elétrico deve ser acompanhado de orientações quanto ao uso, operação e conservação, de forma a não deixar dúvidas e garantir o bom desempenho da obra e dos equipamentos instalados.

5.2. PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLANAGEM

A empresa contratada encarregar-se-á da obtenção da licença de instalação para execução dos serviços de terraplenagem.

O projeto de terraplenagem deverá considerar os elementos fornecidos pelos estudos topográficos, estudos geotécnicos e o projeto de urbanismo, sendo o último fornecido pela Contratante à Contratada.

Dos estudos geotécnicos serão obtidas informações sobre o suporte dos materiais de fundação dos aterros, as características dos materiais de cortes e materiais disponíveis para os empréstimos.

Para aterros com responsabilidade de suporte de fundações, pavimentos ou estruturas de contenção, aterros com alturas superiores a 1,0 m e aterros com volumes superiores a 1.000m³, deverão ser elaborados projetos geotécnicos, inclusive com a realização de investigações geotécnicas necessárias em cada caso para verificação da estabilidade e previsão de recalques dos mesmos.

Deverão ser indicadas e detalhadas, as soluções especiais de terraplenagem sobre solos compressíveis ou turfosos, assim como, deverão ser informadas as alturas previstas de recalque.

Deverão ser fornecidos pela contratada:

- Mapas de cubação (cortes e aterros);
- Cálculos das distâncias médias de transporte, constituição dos aterros;
- Detalhes mostrando as seções transversais tipo e as soluções particulares de inclinação de taludes, fundação de aterros;
- Indicação da origem dos materiais a serem empregados em suas diversas camadas e o grau de compactação a ser observado.

5.3. PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO

O projeto de pavimentação terá como base os estudos geotécnicos e projeto de arquitetura, e constituir-se-á de:

- Estudo estatístico e definição dos valores característicos do subleito para cada subtrecho homogêneo, considerando que, quando não houver a possibilidade de execução de regularização e compactação do subleito deverão ser consideradas as condições do material “in situ”;
- Definição dos materiais a serem utilizadas nas diversas camadas do pavimento;
- Dimensionamento do pavimento;
- Desenhos apresentando a seção transversal;
- Indicação da origem dos materiais a serem empregados em suas diversas camadas e o grau de compactação a ser observado.

Na elaboração do Projeto Executivo, deverá ser feita a locação e a execução do nivelamento e contranivelamento do eixo das vias e passeios, com instrumento de precisão milimétrica e de mira convencional de precisão centimétrica.

Como referência de nível, transportar o RRNN implantado pelo IBGE, mais próximo, se necessário implantar, a partir desta referência, uma rede de RRNN(s) auxiliares. As diferenças de cotas entre o nivelamento e o contranivelamento, nunca devem ultrapassaram 10 mm e o erro máximo admitido deve ser de $E_{\max}=12,5n^{1/2}$ sendo “E” o erro máximo admitido, em milímetros e “n” a extensão em quilômetros.

5.3.1 Seções transversais

Para o Projeto Executivo deverá ser feito levantamento das seções transversais de todas as ruas em estudo.

6. CONDIÇÕES GERAIS

Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

6.1. SUBCONTRATAÇÃO

- A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PROJETOS DE ENGENHARIA

- A Contratada somente poderá subcontratar parte dos serviços se a subcontratação for admitida no contrato, bem como for aprovada prévia e expressamente pelo Contratante.
- Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.2. COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE

- a) A responsabilidade pela elaboração dos projetos será de profissionais ou empresas legalmente habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.
- b) O autor ou autores dos projetos, deverão assinar todas as peças gráficas que compõem os projetos específicos, indicando os números de inscrição no CREA das respectivas ARTs efetuadas nos Órgãos de regulamentação profissional.

6.3. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

- a) Durante a elaboração dos projetos, a Contratada deverá:
 - Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, segundo os termos da Lei;
 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
 - Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.
- b) A elaboração de projetos deverá atender também:

- Normas da ABNT e do INMETRO;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CONFEA/CREA.

6.4. SUPERVISÃO

A Supervisão Técnica dos Trabalhos será realizada pela Fiscalização da Obra, por profissional por ela designado, desempenhando a função de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos, orientando, analisando e discutindo os documentos produzidos e em sua aprovação inclusive para fins de pagamento parcial e final.

6.5. DIRETRIZES DO PROJETO

- a) Todas as etapas de projeto devem estar de acordo com este Termo de Referência, devendo ser desenvolvidos de forma harmônica e observando a não interferência entre os elementos.
- b) Utilizar materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;
- c) Adotar solução construtiva racional, elegendo sempre que possível sistema de modulação e padronização compatíveis com as características do empreendimento;
- d) Adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção de seus diversos componentes;
- e) Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento.

6.6. ETAPAS DE PROJETO

Os projetos serão normalmente elaborados em uma única etapa, a saber:

6.6.1. Projeto Executivo

O projeto executivo é um documento que contém todas as informações necessárias para a execução de uma obra, apresentando o detalhamento das soluções adotadas e aprovadas para cada projeto.

O projeto executivo contará com apresentação de todos os produtos do projeto básico, considerando todos os detalhes e exigências relatadas durante análise do projeto básico por parte da Diretoria de Projetos de Engenharia (DPE), verificando também a compatibilidade dos projetos definitivos, bem como com o projeto arquitetônico.

6.6.2. Produtos a serem entregues

No escopo dos serviços constantes do presente termo de referência, destaca-se a entrega dos produtos abaixo listados, referentes ao desenvolvimento dos projetos executivos:

- Memorial descritivo;
- Memorial de cálculo;
- Peças gráficas;
- Quantitativos e Orçamentos;
- Cronograma Físico-Financeiro; e
- Especificações Técnicas.

6.6.3. Memorial Descritivo

No memorial descritivo deverão ser apresentadas todas as justificativas que embasaram tecnicamente as escolhas das soluções adotadas nos projetos, detalhando todas as condicionantes técnicas, financeiras e ambientais envolvidas neste processo.

Deverá ser apresentada uma ficha técnica com as principais características dos projetos desenvolvidos.

6.7. Memorial de Cálculo

Neste relatório deverá ser apresentada a metodologia de cálculo utilizada para o dimensionamento e os resultados obtidos.

6.7.1. Peças Gráficas

Neste item, há o detalhamento dos projetos concebidos e dimensionados nas etapas anteriores. Deverá conter de forma clara e precisa todos os detalhes construtivos necessários à perfeita execução dos mesmos em campo.

6.7.2. Quantitativos e Orçamentos

Será apresentada a quantificação de materiais e serviços necessários à devida implementação dos citados projetos em campo, bem como orçados os valores necessários à implantação do empreendimento, por meio da utilização de planilha de preços indicada pela Contratante.

6.7.3. Cronograma Físico-financeiro

Este cronograma deverá constar da previsão da realização dos diversos serviços ou atividades do empreendimento ao longo do tempo. Concomitantemente com a previsão dos desembolsos necessários.

6.8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Estabelecer as diretrizes gerais para a elaboração de especificações de materiais, equipamentos e serviços referentes aos projetos.

Para a perfeita identificação dos materiais, equipamentos e serviços previstos nos projetos, as especificações deverão discriminar as características necessárias e suficientes ao desempenho requerido.

As especificações técnicas deverão ser elaboradas de conformidade com as Normas da ABNT/INMETRO e práticas específicas, de modo a abranger todos os materiais,

equipamentos e serviços previstos no projeto.

Se houver associação de materiais, equipamentos e serviços, a especificação deverá compreender todo o conjunto, de modo a garantir a harmonização entre os elementos e o desempenho técnico global.

As especificações técnicas deverão considerar as condições locais em relação ao clima e técnicas construtivas a serem utilizadas. De preferência, as especificações técnicas deverão ater-se aos materiais, equipamentos e serviços pertinentes ao mercado local.

As especificações técnicas não poderão reproduzir catálogos de um determinado fornecedor ou fabricante, a fim de permitir alternativas de fornecimento. Se a referência de marca ou modelo for indispensável para a perfeita caracterização do componente da edificação, a especificação deverá indicar, no mínimo, três alternativas de aplicação.

A utilização de especificações padronizadas deverá limitar-se às especificações que somente caracterizem materiais, serviços e equipamentos previstos no projeto.

As especificações técnicas de soluções inéditas deverão se apoiar em justificativa e comprovação do desempenho requerido pelo projeto, através de testes, ensaios ou experiências bem sucedidas, a juízo do Contratante.

As especificações serão elaboradas visando equilibrar economia e desempenho técnico, considerando custos de fornecimento e de manutenção, porém sem prejuízo da vida útil prevista em projeto. No caso de eventual substituição de materiais, equipamentos e serviços, bem como de técnicas executivas, deverão ser indicados nas disposições os procedimentos adequados de autorização do Contratante e de consulta ao autor do projeto.

A equivalência de componentes da edificação será fundamentada em certificados de testes e ensaios realizados por laboratórios idôneos, aceitos pelo Contratante.

As especificações técnicas deverão incorporar informações de interesse, detalhes construtivos e outros elementos necessários à perfeita caracterização, inclusive catálogos e manuais que orientem a execução e inspeção dos serviços.

6.9. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

As peças técnicas, na fase de Projeto Executivo, referentes a relatórios (memoriais descritivos, de cálculo, especificações técnicas, quantitativos e orçamentos) deverão ser entregues de forma organizada, com folhas tamanho A4, formato "PDF", devidamente assinadas. Enviar, também os arquivos em formato Word e/ou Excel, editáveis.

As plantas deverão ser entregues em pranchas no tamanho A1, formato "PDF", devidamente assinadas pelo(s) responsável(eis) pelo projeto. Enviar, também as peças gráficas geradas em "CAD", formato "dwg" e "plt", editáveis, com os respectivos arquivos de configuração de pena, padronizados conforme exigências das normas da ABNT, em escala e padrão compatíveis [Plantas Baixas e Cortes (1:50 ou, excepcionalmente, 1:100); Detalhes (1:25 ou 1:20)], contendo todos os elementos necessários à execução das obras respectivas.

Todo material deve ser enviado através da plataforma digital 1doc, devendo ser identificado cada projeto e a respectiva obra.

Caso a fiscalização solicite alguma alteração, quando da adequação, reenviar todo material com o relatório das alterações realizadas e/ou justificativa técnica das não acatadas.

Obs.: A versão final, devidamente aprovada pela fiscalização, além do meio digital, deve ser apresentada uma cópia impressa com as respectivas assinaturas dos responsáveis técnicos.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 61A8-39AF-C058-2583

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCELLA GRAYCE AMORIM (CPF 102.XXX.XXX-79) em 12/02/2026 16:26:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MICHELINE DOS ANJOS E MELLO (CPF 095.XXX.XXX-62) em 18/02/2026 14:23:39 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/61A8-39AF-C058-2583>

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA
LOCALIZADA NO ACESSO À AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA, SITUADA NO
PARQUE ARRUDA CÂMARA**

**TERMO DE REFERÊNCIA
DE CONTRATAÇÃO**

SUMÁRIO

1. Objetivo
2. Objeto
3. Fundamentação da contratação e descrição da solução
4. Prazo
5. Modelo da execução do objeto
6. Custo
7. Requisitos da contratação
8. Obrigações da contratada
9. Obrigações da contratante
10. Fiscalização
11. Diretrizes do serviço
12. Critérios de medição e pagamento
13. Do reajuste
14. Qualificação técnica
15. Justificativa de valor
16. Informação técnica

1. OBJETIVO

Este documento tem como objetivo estabelecer os requisitos básicos e demais condições a serem observadas e exigidas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para a contratação de empresa especializada na execução da obra de construção da praça localizada no acesso à Avenida Ayrton Senna da Silva, situada no Parque Arruda Câmara.

2. OBJETO

Trata-se da obra de construção da praça localizada no acesso à Avenida Ayrton Senna da Silva, situada no Parque Arruda Câmara, no Setor 20, Quadra 55, Lote 0498, na Rua Professor Sizenando Costa.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A contratação proposta visa viabilizar a execução dos serviços de construção de praça pública no Parque Zoológico Arruda Câmara, em área aproximada de 911,16 m², destinada ao convívio social, ao lazer e à valorização paisagística do espaço.

O local apresenta potencial para se consolidar como área de convivência comunitária, porém atualmente carece de infraestrutura adequada que proporcione segurança, acessibilidade, conforto e qualidade ambiental aos usuários. Nesse contexto, a intervenção proposta busca atender à demanda da população por espaços públicos de lazer e integração social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o fortalecimento do uso democrático do espaço.

Como solução técnica, prevê-se a execução dos serviços de engenharia contemplando a revitalização do acesso pela Av. Ayrton Senna da Silva, utilizado pelos moradores da comunidade Asa Branca, incluindo a reforma do pórtico existente, a instalação de portões e o cercamento da área. Estão previstos, ainda, a construção da praça com Academia da Terceira Idade (ATI), bancos, áreas de contemplação e implantação de passeio.

4. PRAZO

O prazo de execução do objeto será de 04 (quatro) meses, contados da assinatura da Ordem de Serviços, que serão executados conforme o cronograma físico-financeiro anexo a este processo.

O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 e prorrogável na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá empregar equipes de trabalho suficientes, bem como adequada gestão logística para suprimento de materiais e equipamentos necessários a obra para que seja cumprido o prazo estabelecido.

5. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O presente contrato terá como regime de execução a empreitada por preço unitário, conforme art. 92, Inciso IV da Lei nº 14.133/21. A adoção desse regime se justifica pelos seguintes motivos:

- Flexibilidade na execução, com possibilidade de ajuste nos quantitativos mediante medição efetiva;
- Adequação à complexidade da obra, cujos serviços são tecnicamente divisíveis e possuem unidade de medição padronizadas;
- Facilidade no controle técnico, físico e financeiro do contrato, com pagamentos realizados com base nas quantidades efetivamente executadas;
- Mitigação de riscos contratuais, garantindo que a Administração pague apenas pelos serviços comprovadamente realizados, com base em preços previamente estabelecidos.

Assim, o regime de empreitada por preço unitário atende plenamente ao interesse público, promovendo eficiência, economicidade, segurança jurídica e transparência na contratação. Além disso, por estar fundamentado nos quantitativos detalhados no Projeto Básico, esse regime proporciona maior precisão na definição do objeto e na mensuração dos custos, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei 14.133/2021.

6. CUSTO

A planilha orçamentária da contratação foi elaborada através dos quantitativos levantados no projeto básico e preços unitários com base nos preços do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é uma tabela muito utilizada no orçamento de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil, conforme orientado pelos órgãos de controle.

Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado na internet pela Caixa Econômica Federal). Além disso nos casos de ausência de serviços específicos no banco SINAPI é necessário elaborar composições próprias da contratante, baseadas em outros bancos de dados públicos (ORSE- SE, SBC, SICRO3 entre outros).

Aos valores unitários serão acrescentados os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), um termo utilizada na construção civil, que se referem a todos os custos adicionais que são incorridos durante a execução do projeto, além do custo direto da mão de obra e dos materiais, os quais estão inclusos na previsão abaixo.

Descrição	Quant.	Valor global(R\$)
Construção da praça localizada no acesso à Avenida Ayrton Senna da Silva, situada no Parque Arruda Câmara	1,00	448.101,05

Este objeto atende às diretrizes da Lei orçamentária vigente.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação apresenta como requisito temporal a execução completa dos serviços contratados no prazo máximo de 04 (quatro) meses, contidos da emissão da Ordem de Serviço.

A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional apresentando a documentação abaixo:

- 7.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA ou CAU;
- 7.2. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, em nome da empresa licitante, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar (art. 67, §3º da Lei 14.133/2023).
- 7.3. A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica profissional mediante a apresentação da documentação abaixo:
 - a. Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação;
 - b. O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou CAU.
 - c. A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada com:
 - Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão

competente;

- Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.

d. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU, ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos termos do Art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 8.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 8.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- 8.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 8.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 8.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 8.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 8.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;
- 8.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 8.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que

adentrarão no órgão para a execução do serviço;

8.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

8.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

8.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

8.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

8.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

8.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

8.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

8.35. Providenciar a inscrição da obra no cadastro nacional de obras, tendo em vista a instrução normativa RFB 1.845, de 22 de novembro de 2018 e os Acórdãos 368/2010 – Segunda Câmara do TCU, Acórdão 758/2015 – Plenário do TCU e Acórdão 2044/2016 – Primeira Câmara do TCU;

8.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

8.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

8.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a. Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b. Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c. Florestas plantadas; e
- d. Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

8.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

8.40. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, afim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

8.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa

SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010 e na Lei Municipal nº 11.176, de 10 de outubro de 2007.

8.42. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “botafora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

8.43. Elaborar e apresentar os projetos executivos de engenharia e arquitetura, em conformidade com o projeto básico e o Termo de Referência, incluindo todos os elementos necessários para a perfeita execução e fiscalização da obra. Os custos para a elaboração dos projetos executivos deverão estar incluídos na proposta de preços da contratada, conforme art. 14, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.44. Cumprir todas as exigências de sustentabilidade e impacto previstas no art. 45 da Lei nº 14.133/2021, responsabilizando-se por:

- a. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela obra, em conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) a ser aprovado pelo órgão ambiental competente.
- b. Mitigação por condicionantes e compensação ambiental que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental, cumprindo rigorosamente todas as exigências.
- c. Utilização de produtos, equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, sempre que técnica e economicamente viável.
- d. Avaliação e mitigação do impacto de vizinhança, adotando medidas para minimizar transtornos à comunidade local, como ruídos, poeira e interdições viárias, em conformidade com a legislação urbanística.
- e. Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela obra, seguindo as diretrizes dos órgãos de proteção competentes.
- f. Garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em todas as frentes de serviço e nos resultados da obra, em estrita observância às normas técnicas.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

- 9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas;
- 9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133 de 2021;
- 9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.10. A administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 9.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

10. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será exercida por um ou mais representantes da Administração, especialmente designados, que serão servidores ocupantes de cargo integrante da estrutura permanente da Administração Pública. O gestor do contrato deverá ser servidor ocupante de cargo integrante da estrutura permanente da Administração Pública (art. 7º, § 1º) e será o responsável pelo recebimento definitivo do objeto contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, consoante dicção do art. 19, IX, da Lei Municipal 14.781/2023. Os gestores e fiscais designados devem ser formalmente cientificados acerca dos contratos que deverão acompanhar, inclusive com a entrega de cópia do edital e do instrumento do contrato (art. 4º, caput, do Decreto Municipal 10.535/2023).

11. DIRETRIZES DO SERVIÇO

11.1. Todas as etapas de projeto e serviço devem estar de acordo com a Especificação Técnica, devendo ser desenvolvidos de forma harmônica e observando a não interferência entre os elementos;

11.2. Utilizar materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;

11.3. Adotar solução construtiva racional, elegendo sempre que possível sistema de modulação e padronização compatíveis com as características do empreendimento;

11.4. Adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção de seus diversos componentes;

11.5. Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento.

12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E MEDIÇÃO

12.1. Da medição

12.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição préviados serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

12.1.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

12.1.3. As medições serão numeradas sequencialmente por obra e/ou contrato, instruídas com os seguintes documentos (§ 6º art. 85 Decreto Municipal n.º 10.242/2023):

- a. boletim de Medição - BM, assinado pelos responsáveis mencionados no caput deste artigo e pelos superiores hierárquicos, estes últimos apenas para os fins de processamento da despesa pública, nos termos dos arts. 63 e 64 da Lei 4.320/64;
- b. nota fiscal (fatura), com a descrição clara do objeto e identificação do número da medição, constando os valores que deverão ser retidos no momento do pagamento (ISS, INSS e outros tributos e contribuições);
- c. fotos da realização dos serviços e/ou obras;
- d. laudo técnico da fiscalização emitido pelo representante da administração municipal, atestando a realização dos serviços constantes no BM;
- e. levantamentos e cálculos realizados pelo contratado, atestados pelo responsável pela fiscalização, necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados;
- f. comprovante de pagamento do pessoal envolvido na execução da obra, podendo ser comprovado mediante declaração do contratado;
- g. prova de recolhimento das contribuições previdenciárias- GPS relativas à matrícula da obra junto ao INSS;
- h. prova de recolhimento do FGTS através da GFIP - Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social, com a relação de empregados extraídos do SEFIP, vinculados a matrícula da obra junto ao INSS;
- i. certidão negativa de débitos - CND, das contribuições previdenciárias; e
- j. certidão negativa de débito junto ao FGTS - CRF.

12.1.4. As medições serão mensais com intervalo nunca inferior a 30 (trinta) dias corridos,

excetuando-se as medições inicial e final. Os boletins de medições deverão ser realizados entre os dias 25 e 30 de cada mês.

12.1.5. Para o pagamento da medição final, além dos documentos citados no parágrafo anterior, os seguintes documentos deverão ser anexados:

a. Termo de Recebimento Provisório; e

b. Certidão negativa de débitos do INSS referente à matrícula da obra, se for o caso.

12.1.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnicos e administrativos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

12.1.6.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado como comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.1.6.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

12.1.6.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.1.6.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.1.6.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.1.6.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

12.1.6.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.1.6.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no projeto básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.1.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.1.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

12.1.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.1.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.1.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

12.1.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.1.9. No caso de controvérsias sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

12.1.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

12.1.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2. Da liquidação

12.2.1. Cumprida a fase de recebimento, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período;

12.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. O prazo de validade;
- b. A data da emissão;
- c. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. O período respectivo de execução do contrato;
- e. O valor a pagar; e
- f. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.2.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, através da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

12.2.5. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

12.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que

sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

12.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

12.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

12.3. Prazo de pagamento

12.3.1. O pagamento deverá observar a cronologia estabelecida no Decreto Municipal n.º 10.587/2023.

12.3.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze dias) úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem 12.2.

12.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos seguintes cálculos:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira}, I = (TX / 100) / 365$

12.4. Forma de pagamento

O pagamento será realizado preferencialmente através de ordem bancária ou transferência, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

12.4.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

12.4.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

12.4.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação

vigente;

12.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

12.4.5. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no art. 145 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.4.6. Os quantitativos referentes aos serviços a serem executados através desta contratação estão representados no documento “memória de cálculo”, anexado a este processo.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, nos termos do Art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021;

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC/FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

13.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para o ajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

Assinado por 2 pessoas: KÁSSIA DOS SANTOS SINHORELLI e ISRAEL VICTOR COSTA ARAÚJO CAVALCANTI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jcpessoa.pb.gov.br/verificacao/1B54-9B33-1BEC-4CAA> e informe o código 1B54-9B33-1BEC-4CAA

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Justifica-se para fins deste certame considerando percentuais máximos de 50% dos quantitativos dos serviços constantes na Planilha de Orçamento e Curva ABC de Serviços, os serviços de maior relevância técnica, indispensável ao cumprimento do objeto da contratação descrito a seguir:

Certidão de Registro e inscrição do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou CAU - Conselho Regional de Arquitetura, conforme lei 14.133/2021, art. 67, V combinado com o Art. 69 da Lei 5.194/66 para o CREA e ou CAU, da sede da licitante, da empresa e seus responsáveis técnicos. Sendo a sede da empresa de outras Unidades da Federação, deverá apresentar a certidão ou visto do CREA/PB no ato da Assinatura do contrato.

14.1. Comprovação de Capacidade Técnico-profissional e Técnico - operacional

Comprovação de que possui em seu quadro, profissional detentor de Atestado e/ou Registro de Responsabilidade Técnica acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitida pelo CREA e/ou CAU, para execução de serviços com características semelhantes ao objeto deste certame licitatório, descritas a seguir, nos termos da Lei 14.133/2021, ART 67, a saber:

Art.67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

§ 3º A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.

- a. GUARDA CORPO EM MADEIRA – 69,57 m;
- b. EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO ARMADO – 123,7m²;

c. EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO – 190,08 m².

14.2. Justificativa de itens para capacidade técnica

Os itens relacionados acima foram assim escolhidos, pois se trata daqueles de maior relevância técnica e também de valor significativo no total da planilha orçamentária. Tendo os itens “a” 13,42%, “b” 12,09% e “c” 7,35% de representatividade em relação ao valor total da obra. Com relação às quantidades citadas anteriormente na alínea a, b e c representam 50% da quantidade total prevista na planilha orçamentária, conforme Lei 14.133/2021, ART 67, § 2º.

Outrossim, informamos que o objeto se trata de obra de engenharia, que tem projetos básicos e que possui nível baixo de complexidade, cabendo ao setor competente, com base nesses parâmetros, decidir pela vedação ou não de participação de consórcios.

15. JUSTIFICATIVA DE VALOR

Com a promulgação da Lei Federal nº 12.546/2011 as empresas do setor da construção civil passaram a ter a possibilidade de optar ou não pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) com uma alíquota de 2,0% sobre a receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos em substituição à contribuição previdenciária até então constantes dos custos de encargos sociais da mão de obra.

Em 2015 a Lei Federal nº 12.546/2011 foi alterada pela Lei Federal nº 13.161/2015 de 31 de agosto de 2015 e posteriormente pela Lei Federal nº 13.202/2015 de 8 de dezembro de 2015, passando então a vigorar da seguinte forma:

Art. 7º- A. Alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento).

Desde 1º de dezembro de 2015 essa alteração interferiu diretamente nas rotinas de elaboração de orçamentos (transmite ao órgão proponente do projeto a decisão de se utilizar ou não a base com a desoneração do BDI), licitações em andamento e contratações.

Diante desse quadro e por meio do PARECER Nº 140/2016 - PGM, conclui-se que esta unidade deverá encaminhar a Comissão Especial de Licitação, os dois (02) orçamentos (desonerado e não-desonerado). Ainda segundo o referido parecer deverá ser destacado, contudo, qual deles possui menor

valor global para efeito de utilização como referência no respectivo processo licitatório, tudo para que o ato administrativo a ser editado por esta Unidade seja dotado de transparência e fundamentação.

Visando o atendimento do parecer jurídico foram elaborados os orçamentos Desonerado e Não Desonerado da obra, conforme tabela a seguir:

Obra	Valor Desonerado(R\$)	Valor Não Desonerado(R\$)
Construção da praça localizada no acesso à Avenida Ayrton Senna da Silva, situada no Parque Arruda Câmara	455.263,94	448.101,05

Considerar o valor **Não Desonerado**.

16. INFORMAÇÃO TÉCNICA

Em antecipação a questionamentos futuros a respeito de entendimentos técnicos sobre conceitos inerentes às regras de licitação de obras e serviços, encaminhados para a Comissão de Licitação - CL, seguem os devidos esclarecimentos:

16.1. "Informar porque a nomenclatura termo de referência e não projeto básico."

Por determinação da SEPLAN/PMJP, os projetos de engenharia, elaborados pela DPE, devem ser caracterizados como projetos básicos, cabendo às empresas contratadas a elaboração dos projetos executivos, inclusive, com a previsão de remuneração para tal.

Sendo assim, o Termo de Referência, apresenta-se como o documento mais adequado para guiar a contratação dos serviços relacionados aos projetos executivos e para delimitar os critérios da sua elaboração, conforme consta no inciso XXIII do Artigo 6º da Lei 14.133/2021. O documento aponta a sua importância para, entre outras funções, balizar os métodos de elaboração de projetos, os deveres do contratante e do contratado, servindo como critério para aceitação do objeto.

16.2. "Informar se as peças técnicas constantes dos autos atendem ao conceito e requisitos de um projeto básico definido no art. 6º, inciso XXV da Lei 14.133/2021."

O conjunto de elementos e documentos que compõem o processo em questão atende aos conceitos e requisitos de um projeto básico, conforme estipulado nas alíneas do inciso XXV, Artigo 6º da Lei 14.133/2021. Conforme os preceitos da referida norma, o material técnico contido no processo em questão permite o desenvolvimento de soluções técnicas globais e localizadas, permite

elaboração de orçamento, do plano de licitação e gestão da obra, entre outras orientações pertinentes e fundamentais para o desenvolvimento das etapas administrativas e de execução.

16.3. “Justificar a necessidade/importância da visita técnica ao local da obra.”

Com relação à visita técnica ao local da obra, considera-se que esta etapa é de fundamental importância para que os licitantes examinem e tomem conhecimento prévio dos detalhes e características técnicas do objeto, cujas particularidades podem influir no custo, na elaboração de propostas e na execução da obra. De qualquer forma, orienta-se que sejam respeitadas as determinações das normas pertinentes, a exemplo do que se apresenta a seguir:

Lei 14.133/2021, que dispõe:

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação”;

Acórdão nº 4.968/2011, da Segunda Câmara do TCU:

“11.1.3.1. A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. 11.1.3.2. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.

Trecho do Acórdão nº 906/2012, do Plenário do TCU:

“Abstenha-se de inserir em seus instrumentos convocatórios cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras quando, por sua limitação de tempo e em face da complexidade e extensão do objeto licitado, pouco acrescente acerca do conhecimento dos concorrentes sobre a obra/serviço, de maneira a preservar o que preconiza o art. 3º caput, e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93 (REVOGADO Lei 14.133/21, Art. 9º, inciso I), sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto”.

16.4. “Justificar o motivo do não parcelamento do objeto”.

Segundo normatiza a Lei nº 14.133/2021, em contratos com a administração pública, conforme trecho transcrito a seguir, a administração poderá ou não dividir a execução de obras em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. Logo, a letra da lei nos diz:

"Art.47 As licitações de serviços atenderão aos princípios:

II- do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso."

Considerando o que foi dito, a execução de uma obra precede de uma seqüência lógica e acompanhamento a partir de um cronograma físico financeiro, que necessitam ser coordenados conjuntamente.

Supondo que três empresas diferentes sejam vencedoras em três lotes, seria necessária a instalação de canteiros de obras diferentes, com responsáveis e metodologias diferentes. Mesmo que seja coordenado por um único fiscal, a tendência é que haja divergências e/ou incompatibilidades na forma de operação.

Dessa maneira observamos que o fracionamento poderá proporcionar um encadeamento de situações desfavoráveis ao andamento da obra.

16.5. *"Informar se será necessária a realização de projeto executivo, justificando em caso de não haver necessidade."*

Conforme despesa inserida na planilha orçamentária, será necessária a elaboração de projetos executivos.

16.6. *"Informar se será necessário a subcontratação, em caso positivo informar e justificar o percentual permitido".*

Segundo normatiza a Lei nº 14.133/21, em contratos com a administração pública, a administração poderá ou não subcontratar partes da obra. Logo, a letra da lei nos diz:

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

Sendo assim, será admitida a subcontratação parcial se previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO da SEINFRA/PMJP, e que não constitua o escopo principal do objeto e quando não se mostrar viável a execução integral do objeto por parte da contratada, sob a ótica técnica e econômica, nos termos da RS TC nº 02/2012 TCE/PB, restrita ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento.

Logo, considerando o objeto em tela, caso seja feita a opção pela subcontratação deverá ser

respeitado esse limite. Foi considerado para tanto apenas grupos de serviço na planilha que são possíveis e compatíveis com a subcontratação.

16.7. *“Informação acerca da responsabilização para o depósito/destinação final dos resíduos da construção civil”.*

Informamos, que a destinação referente aos resíduos da obra é indicada na memória de cálculo, assim como, na planilha orçamentária. Sendo assim, é de responsabilidade do contratado a deposição em local devido os resíduos da obra.

Outrossim, declaramos que o presente procedimento licitatório atende às normas específicas, tanto àquelas citadas no rol do art. 45 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Kássia dos Santos Sinhorelli

Diretora de Engenharia da Secretaria de Planejamento

**APROVO E AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA LOCALIZADA NO ACESSO À AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA,
SITUADA NO PARQUE ARRUDA CÂMARA**

João Pessoa, 13 de fevereiro de 2026.

Israel Victor Costa de Araújo Cavalcanti

Secretário Executivo de Planejamento e Geotecnologia



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1B54-9B33-1BEC-4CAA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KÁSSIA DOS SANTOS SINHORELLI (CPF 077.XXX.XXX-48) em 13/02/2026 13:39:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ISRAEL VICTOR COSTA ARAÚJO CAVALCANTI (CPF 096.XXX.XXX-38) em 18/02/2026 12:43:53
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1B54-9B33-1BEC-4CAA>



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

EMPRAÇAMENTO ACESSO AVENIDA AYRTON SENNA – PARQUE ARRUDA CÂMARA

VIA AYRTON SENNA DA SILVA, S/N, EM JOÃO PESSOA – PB.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

1. APRESENTAÇÃO

Estas Especificações Técnicas têm por objetivo estabelecer as bases fundamentais que presidirão o desenvolvimento das obras da **EMPRAÇAMENTO ACESSO AVENIDA AYRTON SENNA – PARQUE ARRUDA CÂMARA**, Via Ayrton Senna da Silva, em João Pessoa – PB.

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

2.1 MATERIAIS

Todos os materiais serão novos, comprovadamente de primeira qualidade, satisfarão, rigorosamente, às normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e às condições estipuladas nestas Especificações, só podendo ser empregados depois de submetidos a exame e aprovação por parte da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, para prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, amostras de todos os materiais a serem aplicados e, se recusados, serão retirados do canteiro de obras no prazo de 72 horas contadas do recebimento da comunicação da impugnação.

As amostras aprovadas, depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA, serão conservadas no canteiro de obras até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.

Produtos com equivalência técnica aos aqui especificados poderão ser utilizados com a explícita autorização dos autores do projeto, por escrito, desde que tenham as mesmas características técnicas e de aspecto final, permanecendo a responsabilidade pelos mesmos com a CONTRATADA.

As argamassas deverão ser preparadas com a utilização de betoneiras, não sendo permitida a mistura de forma manual, salvo em situações especiais, com a prévia autorização da FISCALIZAÇÃO. As proporções dos materiais obedecerão ao



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

resultado do estudo de dosagem, utilizando-se, como medida, a respectiva “padiola” para cada material.

Na hipótese da não existência do estudo de dosagem, as dimensões internas das padiolas serão de 0,45 x 0,35 m e 0,30 m de altura.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir a execução de ensaios específicos, objetivando o emprego dos respectivos materiais.

2.2 EQUIPAMENTOS

A CONTRATADA fornecerá todo o ferramental e equipamento necessário à execução da obra.

Serão usados equipamentos adequados conforme as finalidades a que se destinam, apresentando sempre perfeitas condições de funcionamento.

2.3 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com estas Especificações e com as Normas Técnicas aplicáveis a cada caso.

Na execução dos serviços deverá haver precauções contra quaisquer riscos ou acidentes com o próprio pessoal da CONTRATADA e com terceiros, razão pela qual deverão ser tomadas, entre outras, as seguintes providências:

- Isolar os locais de trabalho de modo a se evitar queda de pessoas, veículos ou animais nas escavações executadas;
- Deixar, sempre que possível, os logradouros livres para o trânsito ou passagem, com a largura máxima permitida pelo serviço;
- Deixar passagem livre e devidamente protegida para pedestres e, sempre que possível, livrar acessos às propriedades de terceiros;
- Colocar sinalização, constituída por bandeiras vermelhas, cavaletes e placas de advertência, a uma distância de pelo menos cem metros das obras e, durante a noite, deverão ser instaladas e mantidas acesas lâmpadas vermelhas ao longo da sinalização e em locais estratégicos, tais como: ângulos e extremidades de cercas protetoras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

- Observar, com a devida antecedência, a necessidade de possíveis desvios de tráfego a fim de que sejam tomadas, em tempo hábil, providências junto aos órgãos competentes.

Serão impugnados, pela FISCALIZAÇÃO, todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais, ficando a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os referidos trabalhos logo após o recebimento do comunicado de impugnação e/ou anotação no Livro de Ocorrência, ficando, por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.

2.4 SEGURANÇA NO TRABALHO

Será observada, rigorosamente, a legislação em vigor sobre segurança do trabalho, bem como as normas e instruções pertinentes estabelecidas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

As propriedades públicas e privadas deverão ser protegidas contra eventuais danos em decorrência da execução da obra.

A sinalização será exigida com todo o rigor. Os padrões de sinalização serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Todo o pessoal engajado na execução da obra deverá utilizar os equipamentos de proteção individual adequados para cada tarefa específica.

Deverá ser mantido o livre acesso a hidrantes, extintores de incêndio e registros.

2.5 FISCALIZAÇÃO E CONTRATADA

A FISCALIZAÇÃO é o preposto direto da Prefeitura Municipal de João Pessoa junto às obras e dará as instruções para execução dos serviços, podendo rejeitar ou alterar processos de execução, aplicação de mão de obra, de material e equipamentos considerados inadequados à execução do projeto.

Toda liberação será tomada à vista do conteúdo destas Especificações. Os casos omissos serão resolvidos mediante consulta à FISCALIZAÇÃO. As dúvidas suscitadas na interpretação do Projeto e das Especificações serão encaminhadas,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

inicialmente, à FISCALIZAÇÃO que, caso julgue necessário, consultará sua instância superior e/ou a firma projetista.

Será mantido no escritório da construção um Livro de Ocorrências onde serão anotados, pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO, todos os fatos que interfiram no desenvolvimento dos trabalhos.

Consideram-se, como parte integrante destas Especificações as instruções registradas no Livro de Ocorrências concernentes a serviços, materiais, equipamentos e mão de obra.

A CONTRATADA facilitará ao pessoal da FISCALIZAÇÃO livre e seguro acesso e trânsito no canteiro de trabalho.

As obras, a serem executadas, obedecerão aos cálculos, desenhos, memórias justificativas do projeto e a estas Especificações.

No caso de eventuais divergências entre elementos do Projeto serão observados os seguintes critérios:

- As cotas assinaladas prevalecerão sobre as respectivas dimensões em escala;
- Os desenhos de maior escala prevalecerão sobre os de menor escala;
- Em outras divergências prevalecerá a interpretação da FISCALIZAÇÃO;
- Os casos omissos serão decididos pela FISCALIZAÇÃO ou pela instância superior, se necessário for.

3. PROJETOS

Caberá à CONTRATADA, de comum acordo com a PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, a contratação de empresas especializadas para a elaboração dos PROJETOS EXECUTIVOS necessários, obedecendo às instruções da FISCALIZAÇÃO, aos elementos indicados nos PROJETOS BÁSICOS e às Normas Brasileiras estabelecidas pela ABNT, constando de Projetos, Especificações Técnicas e demais peças técnicas necessárias ao perfeito entendimento dos serviços, cuja execução está prevista no Contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

A CONTRATADA apresentará os PROJETOS EXECUTIVOS em três vias impressas e em forma digital, que, se aceitos, passarão a ser de propriedade da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

4. SERVIÇOS PRELIMINARES

4.1 LICENÇAS, TAXAS E PLACAS

Todos os pagamentos de taxas e licenças serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Em locais determinados pela FISCALIZAÇÃO serão colocadas placas indicativas das características da obra, de acordo com modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Enquanto durar a execução das obras, são obrigatórias a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e coautores do projeto, bem como dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

A Contratada deverá providenciar uma placa de obra de aço galvanizada nas dimensões 2,00 m x 1,125 m, pintada nas cores, com logotipo, e com os dizeres pertinentes a obra, afixada em uma estrutura de madeira, definidos pela Fiscalização, de acordo com o CREA, obrigatória, mas do seu interesse.

A placa deverá conter, além dos nomes, as atividades específicas pelas quais os profissionais responsabilizam-se, títulos, número das carteiras profissionais e região dos registros e ainda o nome da empresa executora da obra, instalação ou serviço, se houver, de acordo com o seu registro no CREA.

4.2 LIMPEZA DO TERRENO

A limpeza do terreno consistirá na remoção da cobertura vegetal, destocamentos, solos orgânicos, entulhos e de todo o material indesejável existente no canteiro de obras, impeditivos à implantação do empreendimento, realizado de acordo com a necessidade do serviço realizado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

4.3 MOBILIZAÇÃO

Consiste no conjunto de providências a serem adotadas visando-se o início das obras. Incluem-se neste serviço a localização, o preparo e a disponibilização, no local da obra, de todos os equipamentos, mão-de-obra, materiais e instalações necessárias à execução dos serviços contratados.

A mobilização consistirá na colocação e montagem, no local da obra, de todos os equipamentos necessários ao cumprimento integral do objeto do Contrato, inclusive usinas e centrais, locais de estocagem de materiais, de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto.

Inclusive mobilização com veículo leve para utilização conforme a necessidade.

4.4 ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

Durante a realização dos serviços, a CONTRATADA manterá, no local da obra, profissionais qualificados nas áreas de engenharia e de recursos humanos, com a finalidade de assegurar um perfeito desempenho na execução das tarefas inerentes ao objeto do CONTRATO.

4.5 TAPUME COM TELHA METÁLICA

O tapume, de telha metálica trapezoidal em aço zincado, espessura de 0,5 mm, sem pintura será construído nos limites do terreno com a via pública ou propriedades vizinhas, em locais indicados pela FISCALIZAÇÃO.

Os montantes principais, peças inteiras de madeira maciça, terão o espaçamento máximo de 2,40 m e serão solidamente fixados ao solo.

Os montantes secundários e as travessas, peças inteiras de madeira maciça, terão os espaçamentos máximos de 2,40 m e 1,10 m, respectivamente.

O portão, de 4,00 x 2,10 m – para a circulação de veículos – e a porta, de 0,80 x 2,10 m – para o acesso de pessoas – terão as mesmas características do tapume, com esquadrias de madeira devidamente contraventadas, ferragens robustas, com



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

trancas de segurança. No portão haverá uma sinalização acústica e/ou visual, para entrada e saída de veículos.

4.6 SINALIZAÇÃO DE OBRA

As placas para sinalização têm por finalidade regulamentar o uso, advertir sobre perigos potenciais e orientar os usuários durante os seus deslocamentos na via. Esta comunicação é feita por mensagens padronizadas quanto a sua forma, de tamanho e cores de modo a permitir a compreensão fácil, rápida e eficaz pelos motoristas e demais usuários da via.

As placas de sinalização de trânsito deverão seguir os padrões adotados pela Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana (SEMOB), sendo necessária a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

A Sinalização com cavaletes deve ser desenvolvida de acordo com as normas e determinação do Conselho Nacional de trânsito (CONTRAN) e do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), deverão ser colocados cavaletes plásticos desmontável em pontos estratégicos que impeçam a invasão da área de trabalho por pessoas que não façam parte da execução da obra.

Durante o período noturno, a área deverá ser sinalizada com tela tapume em PVC na cor laranja, com balde plástico, fiação e lâmpada. Para fácil visualização e impedir danos a transeuntes.

É necessária a colocação de cones com fitas plásticas em lugares onde se faz necessário impedir a circulação de pedestres e carros.

4.7 INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Antes do início da obra propriamente dita, serão executadas as instalações provisórias que forem julgadas necessárias, a critério da FISCALIZAÇÃO, para o completo atendimento às necessidades ditadas pelas características dos trabalhos.

Os barracões provisórios para funcionamento do escritório da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO deverão obedecer as seguintes especificações:

- Instalações provisórias de água, esgoto e energia elétrica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

- Aluguel de banheiro químico, com limpezas diárias;
- Locação de container 2,30 x 6,00 m, altura 2,50 m, para escritório, sem divisórias internas e sem sanitário (não inclui mobilização/desmobilização).

4.8 LOCAÇÃO

A locação será executada com instrumentos, a partir de pontos (planimétrico e altimétrico) fornecidos pela FISCALIZAÇÃO.

A locação da obra será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e deverá obedecer, rigorosamente, às cotas e demais elementos indicados no projeto, sendo executada por pessoal devidamente habilitado.

Quando necessário, será executado um gabarito contínuo de madeira, formadas por guias de tábuas de 2,5 cm por 23 cm, perfeitamente niveladas, onde se colocarão pregos na direção dos eixos de paredes ou pilares, fixados em barrotes de 3” x 3”, a uma altura mínima de 0,60 m, estando os barrotes fortemente fincados ao solo e mantendo um afastamento de 1,00 m entre si.

O gabarito será executado, afastado da área a ser construída a uma distância suficiente para não ser atingido pelo material retirado da escavação e para que não perturbe o movimento de pessoal e de equipamentos.

Em locais determinados, serão assentados e nivelados piquetes para controle de cotas e alinhamento, obedecendo rigorosamente o Projeto Executivo.

Todo e qualquer engano de cota e/ou alinhamento será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, ficando a mesma na obrigação de executar as devidas correções, mesmo que para isso sejam necessárias demolições de serviços já concluídos.

Após as marcações dos alinhamentos e pontos de nível, a CONTRATADA comunicará à FISCALIZAÇÃO, a qual fará as aferições que julgar oportunas.

Somente a FISCALIZAÇÃO poderá aprovar ou não qualquer modificação proposta pela CONTRATADA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

5. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

As demolições e retiradas serão executadas, de forma a não causarem danos a terceiros ou às estruturas que não sejam objeto dos serviços.

Os serviços de demolição e retirada serão complementados pela remoção, que consiste no transporte do material até local de armazenamento na obra, no caso de reaproveitamento, ou local de carga em veículo apropriado, no caso de transporte para fora da obra.

Os locais de armazenamento e bota-fora serão definidos pela FISCALIZAÇÃO.

Os materiais a serem demolidos e removidos deverão ser previamente umedecidos para reduzir a formação de poeira.

Antes de ser iniciada a demolição ou remoção de qualquer serviço, as linhas de abastecimento de energia elétrica e as tubulações de água, gás, esgoto e escoamento de águas pluviais deverão ser retiradas, protegidas ou isoladas, respeitando-se as normas e determinações das concessionárias e dos órgãos competentes.

6. MOVIMENTO DE TERRA

6.1 ESCAVAÇÃO MANUAL

Para a fundação da alvenaria de elevação as cavas terão dimensões mínimas de 0,40 x 0,60 m e deverão aprofundar-se até solo firme, quando for o caso.

Quando se fizer necessário, serão esgotadas, manual ou mecanicamente, as águas que porventura penetrarem nas referidas cavas, com despesas a custo da CONTRATADA.

As cavas dos blocos dos pilares terão dimensões mínimas de 0,60 x 0,60 m devendo se aprofundar até solo firme.

Para regularização dos espaços e valas para execução em locais indicados do projeto de arquitetura, onde haja a necessidade de tal serviço, será realizada escavação manual com uso de pá.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

6.2 ESCAVAÇÃO MECANIZADA

Será executado o serviço que consistirá na escavação com trator de esteiras e/ou retroescavadeira, carga e transporte de material de 1ª categoria.

Compactação de aterros com Proctor normal.

Todo o material excedente da escavação será removido para fora da obra.

A carga e descarga serão feitas mecanicamente, conforme divisão dos serviços na planilha orçamentária, e o bota-fora realizado por caminhão basculante de 10 m³.

Quando se fizer necessário, serão esgotadas, manual ou mecanicamente, as águas que porventura penetrarem nas referidas cavas, com despesas a custo da CONTRATADA.

Os detalhes estão indicados no projeto de arquitetura.

6.3 ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA (MENOR OU IGUAL A 1,3 M)

Para a fundação da alvenaria de elevação as cavas terão dimensões mínimas de 0,40 x 0,60 m e deverão aprofundar-se até solo firme, quando for o caso.

Quando se fizer necessário, serão esgotadas, manual ou mecanicamente, as águas que porventura penetrarem nas referidas cavas, com despesas a custo da CONTRATADA.

As cavas dos blocos dos pilares terão dimensões mínimas de 0,60 x 0,60 m devendo se aprofundar até solo firme.

6.4 COLCHÃO DE AREIA

Nos locais determinados no projeto serão colocados lastros de areia totalmente isenta de impurezas, com espessuras indicadas no projeto de arquitetura e de acordo com a planilha orçamentária.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

6.5 BOTA-FORA

Todo o material excedente da escavação será removido para fora da obra. E a destinação se dará conforme a sua característica, obedecendo às distâncias de transporte consideradas em orçamento.

A carga será feita manual ou mecanicamente e o bota-fora, por caminhão basculante de 10m³.

6.6 ATERRO / REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA

O reaterro será executado com material reaproveitado das cavas após remoção de entulhos, detritos e pedras.

O aterro do caixão será feito com areia isenta de matéria orgânica, argila, torrões ou outro elemento que comprometa a estabilidade do mesmo.

Reaterro manual de valas ou áreas, com espalhamento e compactação, utilizando compactador à percussão sapinho.

Escoramento de vala, tipo contínuo, com profundidade de zero a 1,5 m.

Serão executados em camadas sucessivas, com altura máxima de 20 cm, suficientemente molhadas e energicamente apiloadas, de modo a serem evitados posteriores desníveis por recalque das camadas aterradas.

Para o nivelamento do terreno o aterro será compactado com a utilização de compactador de placa vibratória e/ou soquete pneumático.

Conforme detalhes dos projetos serão utilizados argila ou barro para aterro/reaterro, retirado de jazida.

6.7 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO

O terreno será regularizado com o emprego de motoniveladora.

A compactação mecânica será feita por um rolo compactador vibratório, devendo realizar tantas passagens quantas forem necessárias para atingir o grau de compactação específico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

A compactação manual será feita com a utilização de compactador de solos, com placa vibratória e/ou soquete pneumático.

7. FUNDAÇÃO

Antes de iniciadas as fundações, será feita a verificação das condições do lençol d'água subterrâneo, mediante a escavação de poços piloto.

O tipo e dimensões das fundações serão definidos pelo projeto estrutural e sua execução obedecerá à orientação da FISCALIZAÇÃO.

7.1 ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA

Após a escavação, o fundo da vala deverá ser apiloado com soquetes de 3,0 a 5,0 kg e regularizado.

O assentamento das pedras será feito com argamassa de cimento, cal e areia, no traço 1:2:8.

As cavas serão preenchidas com rachões de pedra calcária de tamanho irregular, colocados lado a lado, formando uma camada horizontal. Em seguida, a superfície será umedecida em toda sua extensão. Será, então, lançada uma camada de argamassa, de modo a possibilitar a aderência com a camada de pedras subsequente. Os espaços maiores entre as pedras serão preenchidos com pedras menores, permitindo uma melhor ocupação dos vazios entre elas.

Desse modo, em camadas sucessivas, o maciço será executado até preencher toda a cava, atingindo a altura indicada no projeto.

7.2 CINTA DE AMARRAÇÃO (CANALETAS)

Sobre as alvenarias de embasamento serão executadas cintas de fundação, de concreto armado, com $F_{ck} = 25 \text{ MPa}$, que terão como forma canaletas de concreto, com dimensões de acordo com a planilha orçamentária e projeto específico.

Antes do lançamento do concreto, será procedida a limpeza das formas. Deverá ser observado seu correto umedecimento superficial, em conformidade com as especificações técnicas e a NBR 15883.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

7.3 RADIER

Serão executadas lajes de piso em concreto armado, do tipo Radier, seguindo as especificações do projeto estrutural, principalmente no que se refere a Fck e traços de concreto. Cada etapa desse serviço deve ser autorizada pela FISCALIZAÇÃO antes da sua execução.

A executante deve proceder à locação dos elementos de fundação superficiais em atendimento ao projeto. Antes do início da implantação das fundações superficiais, as dúvidas ou problemas devem ser resolvidos com a fiscalização.

A implantação dos elementos de fundações superficiais deve atender às dimensões e profundidades previstas no projeto, salvo se não ocorrer camada de solo com resistência suficiente para suportar as cargas de projeto. De forma que, quaisquer alterações das profundidades dos elementos de fundações superficiais, somente podem ser executadas após autorização prévia da fiscalização, e ouvido o projetista.

Serão utilizadas formas de tábuas de madeira mista.

8. ESTRUTURA

O tipo e dimensões da estrutura serão definidos pelo projeto estrutural e sua execução obedecerá à orientação da FISCALIZAÇÃO.

Na leitura e interpretação do projeto estrutural e respectiva memória de cálculo, será sempre levado em conta que os mesmos obedecerão às normas estruturais da ABNT aplicáveis ao caso, na sua forma mais recente.

Serão observadas, rigorosamente, todas as particularidades do projeto arquitetônico.

A execução de qualquer parte da estrutura implicará na integral responsabilidade da CONTRATADA por sua resistência e estabilidade.

Nenhum conjunto de elementos estruturais, vigas, montantes, cintas, lajes, etc. poderá ser concretado sem a minuciosa verificação, por parte da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO, da perfeita disposição, dimensões, ligações e escoramentos das formas e armaduras correspondentes, bem como sem prévio exame da correta colocação de canalizações elétricas, hidráulicas e outras, que devam ficar embutidas na massa de concreto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

8.1 FÔRMAS

O sistema de formas compreende as fôrmas, as escoras, os cimbres, incluindo seus apoios, bem como as uniões entre os diversos elementos.

O material deve atender às prescrições das NBR 14931 e NBR 7190 ou NBR 8800, respectivamente quando se tratar de estruturas de madeira ou metálicas. O sistema de formas deve ser projetado de modo a ter:

a) Resistência às ações a que possa ser submetida durante o processo de construção, considerando:

- Ação de fatores ambientais;
- Carga da estrutura auxiliar;
- Carga das partes da estrutura permanente a serem suportadas pela estrutura auxiliar até que o concreto atinja as características estabelecidas pelo responsável pelo projeto estrutural para remoção do escoramento;
- Efeitos dinâmicos acidentais produzidos pelo lançamento e adensamento do concreto, em especial o efeito do adensamento sobre o empuxo do concreto nas formas, respeitando os limites estabelecidos na NBR 14931.

b) Rigidez suficiente para assegurar que as tolerâncias especificadas para a estrutura no item nove da NBR 14931 nas especificações de projeto sejam satisfeitas e a integridade dos elementos não seja afetada. O formato, a função, a aparência e a durabilidade de uma estrutura de concreto permanente não devem ser prejudicados devido a qualquer problema com as formas, o escoramento ou sua remoção. Somente podem ser utilizadas madeiras com autorização ambiental para exploração. O uso adequado possibilita o reaproveitamento de formas e do material utilizado em sua execução. Todo material é passível de reaproveitamento, em maior ou menor grau, em função da qualidade própria do material e do desgaste inerente às sucessivas utilizações. O reaproveitamento depende sempre de inspeções prévias e aval da fiscalização.

Na execução do sistema de formas deve-se prever a retirada de seus diversos elementos separadamente, se necessário. As formas devem ser executadas com rigor, obedecendo às dimensões indicadas, devem estar perfeitamente alinhadas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

niveladas e apuradas. A tolerância dimensional deve obedecer ao definido no item 9.2.4 da NBR 14931, para os diversos elementos estruturais.

Não são aceitas formas com incorreções ou desvios métricos que superem os índices de tolerância. As formas devem ter solidez garantida. As emendas das formas devem ser estanques para impedir fuga de nata. A existência de furos exige cuidados especiais relativos à estanqueidade e desforma. O reaproveitamento de formas pode ser autorizado, a critério da fiscalização, quando constatada a inexistência de danos: fraturas ou empenamentos. As formas, quando tratadas para proporcionar texturas de superfície, devem atender à manutenção das tolerâncias métricas do contexto geométrico da estrutura.

Para concreto aparente recomenda-se o uso de compensado plastificado ou chapas metálicas. Quando agentes destinados a facilitar o desmolde forem necessários, devem ser aplicados exclusivamente na forma antes da colocação da armadura e de maneira a não prejudicar a superfície do concreto. A junção de painéis deve garantir a continuidade da superfície sem ocorrência de ressaltos. A utilização de chapas galvanizadas tem como pré-requisito o emprego de chapas lisas e sem ondulações. O solo não constitui substrato passível de ser considerado como forma. A garantia da manutenção do prumo e da linearidade do conjunto durante as operações de avanço das formas é fundamental, tanto na determinação do projeto funcional, como nos cuidados operacionais que envolvem deslocamentos e concretagem. A metodologia construtiva deve ser apresentada a fiscalização para análise junto a projetista.

A desforma somente deve ser iniciada quando decorrido o prazo necessário para que o concreto obtenha a resistência especificada e o módulo de elasticidade necessário. O prazo para desforma está condicionado ao resultado dos ensaios em corpos de prova do concreto, moldados no ato da concretagem da peça. Devem ser obedecidas as prescrições do item 10.2 da NBR 14931. Inexistindo indicações específicas, e a critério da fiscalização, devem ser adotados, para concreto comum, os seguintes tempos mínimos:

- Retirada das laterais das formas: 03 dias;
- Inferiores das formas, permanecendo as escoras principais espaçadas: 14 dias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

- Retirada total das formas e escoras: 21 dias. O material resultante da desforma, não sendo reaproveitado, deve ser removido das proximidades da obra.

8.2 ARMADURAS

Armadura é o conjunto de elementos de aço de uma estrutura de concreto armado, capaz de suportar os carregamentos preestabelecidos dentro dos limites de tensões e deformações previstas.

As armaduras devem ser dobradas segundo orientação de projeto, catalogadas e referenciadas por elemento estrutural, deve ser posicionada e estocada em local protegido. Os raios de dobramento devem atender às recomendações normativas definidas na NBR 6118. A tolerância dimensional para posicionamento da armadura na seção transversal deve obedecer ao disposto no item 9.2.4 da NBR 14931.

A montagem das armaduras é aceita desde que todos os itens de controle tenham sido observados e atendidos. A concretagem da peça só pode ser liberada em função desta constatação.

As armaduras devem ser posicionadas atendendo, com rigor, as indicações constantes de projeto.

Antes de serem introduzidas nas formas, às barras de aço deverão ser convenientemente limpas, não se admitindo a presença de graxas, tintas ou acentuada oxidação.

As barras da armadura deverão ser dobradas rigorosamente de acordo com os detalhes do cálculo estrutural, colocadas nas fôrmas nas posições indicadas e amarradas com auxílio de arame recozido número 18.

Durante o lançamento do concreto serão observadas e mantidas as posições e afastamentos das barras.

8.3 CONCRETAGEM (BETONEIRA)

O diâmetro máximo do agregado graúdo deve ser menor $\frac{1}{4}$ da menor dimensão da peça.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

Não será permitido o uso da areia com teor de argila, devendo ser precedido da lavagem da mesma, caso haja dificuldade na obtenção de um agregado miúdo de boa qualidade.

A dosagem do concreto será feita com utilização de padrolas, previamente dimensionadas, para atender o Fck de acordo com o projeto estrutural, medindo-se o cimento em peso e os agregados em volume.

Em qualquer caso, o consumo mínimo de cimento será de 300 kg/m³ de concreto.

A percentagem de agregado miúdo no volume total do agregado, antes da mistura, deverá estar compreendida entre 30% e 50%.

O amassamento será mecânico, só se admitindo amassamento manual para pequenos serviços e a critério da FISCALIZAÇÃO.

Deverão ser empregadas betoneiras com capacidade para o traço de um saco de cimento que será introduzido da sua embalagem original.

Serão sempre empregados vibradores por imersão, evitando-se o engaiolamento do agregado graúdo, falhas ou vazios nas peças.

Após a concretagem, a estrutura deverá ser protegida da secagem prematura, regando-se periodicamente a mesma durante 7 (sete) dias.

8.4 CONCRETAGEM (CONCRETO USINADO)

A FISCALIZAÇÃO aprovará os traços de concreto a serem utilizados e exercerá severa verificação quanto à obediência aos mesmos.

O diâmetro máximo do agregado graúdo deverá ser menor que ¼ da menor dimensão da peça.

Não será permitido o uso da areia com teor de argila, devendo ser precedido da lavagem da mesma, caso haja dificuldade na obtenção de um agregado miúdo de boa qualidade.

A CONTRATADA realizará, na presença da FISCALIZAÇÃO, todos os ensaios necessários ao controle dos materiais e dos concretos produzidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

As despesas com especialistas e ensaios de materiais ou corpos de prova, realizados em laboratórios idôneos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO correrão por conta da CONTRATADA.

Mesmo que o concreto seja fornecido por empresa especializada, a CONTRATADA será a única responsável, perante a FISCALIZAÇÃO, pelo concreto aplicado na obra.

Todo o concreto recusado pela FISCALIZAÇÃO será substituído, com ônus para a CONTRATADA.

A CONTRATADA informará à FISCALIZAÇÃO e ao laboratório encarregado do controle tecnológico, o dia e a hora do início das operações de concretagem estrutural, bem como os elementos a serem concretados.

Não será permitido o lançamento do concreto de altura superior a 2,00 m. Para se evitar segregação em queda livre maior que a mencionada, utilizar-se-ão calhas apropriadas. No caso de peças estreitas ou altas, o concreto será lançado por janelas abertas na parte lateral das fôrmas ou por meio de funis ou trombas.

Serão sempre empregados vibradores por imersão, evitando-se o engaiolamento do agregado graúdo, falhas ou vazios nas peças.

Após a concretagem, a estrutura deverá ser protegida da secagem prematura, regando-se periodicamente a mesma durante 7 (sete) dias.

8.5 GRAUTEAMENTO

As operações com graute base cimento são:

a) preparação do substrato:

- Após definida, demarcada e escarificada, a área de reparo deve ser limpa, utilizando-se para essa finalidade jato de ar comprimido. Para aplicação do material o substrato deve apresentar a condição superfície saturada seca, ou seja, não apresentar água escorrendo ou empoçada; condição obtida, por aspersão de água potável, 30 minutos antes do início da aplicação da argamassa.

b) Preparação do graute:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

- Em um misturador mecânico, adicionar água ao pó, na relação água e pó recomendada pelo fabricante, para o produto que estiver sendo utilizado, misturar e homogeneizar por 5 minutos.

c) Aplicação do graute:

- As formas utilizadas, devem ser rígidas e estanques e dispor de um cachimbo ou funil alimentador. Caso seja necessário, por ocasião da saturação do substrato as formas podem ser retiradas e reinstaladas a seguir. Lançar o graute continuamente sempre pelo mesmo lado, desta forma se evitar a formação de bolhas de ar aprisionado, até atingir o limite do topo do cachimbo, o cachimbo deve ser construído 10,0 cm mais alto que a cavidade de reparo. Observar que o prazo máximo de lançamento de todo o material deve ser de 20 minutos após preparação da mistura.

d) O acabamento:

- Uma vez removidas as formas, no mínimo 24 horas após a conclusão da concretagem, cortar os excessos sempre de baixo para cima para evitar lascamentos, utilizando rebarbador elétrico ou manualmente com ponteiro e talhadeira. Quando necessário, dar acabamento com argamassa de estucamento.

e) Cura:

- Para uma boa cura, é necessário manter a superfície úmida por 7 dias ou aplicar duas demãos de membrana de cura com pulverizador antes do início de pega, ou após o início de pega, com trinch e rolo. Nas primeiras 36 horas evitar a radiação solar direta através do uso de anteparos.

f) Outras recomendações:

- Sempre que necessário, prever cimbramento adequado da estrutura. Este procedimento é especialmente indicado para reparos com espessura variando entre 3,0 a 5,0 cm.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

9. PAREDES E DIVISÓRIAS

9.1 ALVENARIAS DE ½ VEZ

As alvenarias serão executadas em obediência às dimensões e alinhamentos indicados no projeto, utilizando tijolos cerâmicos de oito furos com dimensões de 9 x 19 x 19 cm, de boa qualidade, assentados com argamassa mista de cal hidratada, espessura de 20 cm.

Os tijolos deverão ser abundantemente molhados, antes de sua colocação, para melhor aderência da argamassa. As juntas terão espessura máxima de 1,5 cm e deverão ser rebaixadas a colher.

Serão assentados com argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia média).

9.2 ALVENARIAS DE 1 VEZ

A alvenaria de 1 (uma) vez será executada com tijolos cerâmicos de oito furos, de boa qualidade, rejuntados com argamassa no traço 1:4 (cimento e areia média).

9.3 GRADIL

Serão colocados gradil e portões de ferro galvanizado, obedecendo aos detalhes indicados no projeto de arquitetura.

Todo o ferro receberá um tratamento anticorrosivo e pintura de acabamento com tinta automotiva, em duas demãos.

Os serviços de recuperação das peças constarão da retificação e desamasso de tubos ou das telas onduladas, incluindo pequenos serviços de solda.

A tinta anteriormente utilizada deverá ser removido dos tubos e executado processo anticorrosivo e novas demãos de pintura.

A substituição da peça deverá incluir a retirada da peça imprestável e a colocação de uma nova, bem como todos os serviços, materiais e equipamentos necessários.

Todo o ferro receberá um tratamento anticorrosivo e pintura de acabamento com tinta automotiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

10. PISO E PAVIMENTAÇÃO

10.1 REGULARIZAÇÃO DO SOLO

O terreno natural receberá uma regularização manual, com o objetivo da conformação das superfícies com as cotas de projeto.

Os pisos só serão executados ou aplicados após o assentamento de todos os elementos mecânicos e elétricos que com eles interfiram, regularizando com camada de preenchimento o nivelamento das superfícies. Nas áreas molhadas, e/ou sujeitas à lavagem, deve ser observado um caimento mínimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) em direção aos ralos e escoamento das águas. No caso de pavimentação de ruas, seja com paralelepípedos ou revestimento em CAUQ, o caimento, em direção ao escoamento das águas, deverá ser executado de acordo com o projeto de pavimentação.

10.2 LASTRO DE CONCRETO MAGRO

O lançamento será sobre lonas plásticas apropriadas. O adensamento, a regularização e o polimento deverão ser executados mecanicamente.

Sobre o terreno compactado e regularizado, será colocado um lastro de concreto magro, no traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia média e brita granítica), espessura de 3,0 cm.

10.3 LASTRO DE AREIA FINA

No piso e pavimentação será executado um lastro de areia fina totalmente isenta de impurezas, com espessura de acordo com planilha orçamentária.

10.4 COLCHÃO EM AREIA GROSSA

Nos pisos em concretos e táteis será executado um lastro de areia média totalmente isenta de impurezas, com espessura mínima de 8 (oito) cm.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

10.5 REGULARIZAÇÃO COM ARGAMASSA PARA CONTRAPISO

As áreas indicadas no projeto de arquitetura receberão contrapiso em argamassa com traço 1:4 (cimento e areia) com preparo mecânico, cuja execução deverá obedecer às seguintes recomendações:

- Limpar a base, incluindo lavar e molhar;
- Definir os níveis do contrapiso;
- Assentar taliscas;
- Aplicar o adesivo diluído e misturado com cimento para servir de camada de aderência;
- Lançamento, espalhamento e compactação da argamassa;
- Lastro de concreto magro com espessura de 3,0 cm;
- Acabamento superficial sarrafeado, desempenado ou alisado de acordo com o especificado em projeto arquitetônico.

Nas áreas molhadas o contrapiso terá um caimento em duas águas, do centro para a margem, com declividade de, no mínimo, 0,3% (zero vírgula três por cento).

10.6 PAVIMENTO COM BLOCOS INTERTRAVADOS

Em locais indicados no projeto de arquitetura serão construídos pavimentos em blocos de concreto intertravado, com bloco sextavado com as dimensões 20 x 10 x 6,0 cm com $F_{ck} = 35$ MPa, nas cores cor natural e colorido, respectivamente obedecendo as seguintes recomendações:

- O material da base deverá ser compactado com rolo pé de carneiro ou compactadores manuais, de modo a resultar uma superfície regularizada e conformada com as cotas do projeto;
- O pavimento intertravado deverá ter, obrigatoriamente, contenções laterais que evitem os deslizamentos dos blocos, seja pelos procedimentos de compactação durante a construção, sejam pelo tráfego durante a vida útil, mantendo a continuidade da camada de blocos, evitando a separação entre eles e a perda do intertravamento;
- O confinamento deverá ser construído antes do lançamento da camada de areia de assentamento dos blocos de concreto, de maneira a colocar a areia e os blocos dentro de uma “caixa”, cujo fundo é a superfície compactada da



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

base e as paredes são as estruturas de confinamento: meios-fios em concreto pré-moldado;

- As operações de assentamento do piso compreendem os seguintes serviços: espalhamento e sarrafeamento do lastro de areia, colocação dos blocos pré-moldados de concreto; recortes por processo mecanizado (serra elétrica) onde necessário; pré-compactação do piso colocado; colocação e espalhamento de areia fina para rejuntamento; e, compactação final;
- Todos esses serviços serão obrigatoriamente executados por profissionais capazes para que os resultados obtidos sejam plenamente satisfatórios e estejam inteiramente de acordo com os detalhes indicados no projeto de arquitetura.

10.7 PEDREGULHO OU PIÇARRA

Nos locais determinados no projeto serão colocados pedregulhos ou piçarra de jazida, obedecendo às normas Brasileiras (NBR 11.799/2016), de acordo com o projeto de pavimentação.

10.8 BASE E SUB-BASE (RECOMPOSIÇÃO DE ÁREAS A SEREM ASFALTADAS)

O serviço para execução de bases ou sub-bases desola estabilizado granulometricamente sem mistura consistirão de todas as operações necessárias à construção da camada de pavimento, de composição e espessura especificadas no projeto, obtida pelo espalhamento e compressão, com teores de umidade controlados.

As bases ou sub-bases serão construídas sobre a superfície resultante das operações de preparo ou de reforço do subleito. A espessura da camada será de no máximo 15 cm. Se for necessária a execução de camadas de maior espessura, os serviços deverão ser executados em mais de uma camada.

A distribuição do solo será realizada com o equipamento especificado, sendo permitida a distribuição manual nas áreas onde, em virtude de sua forma ou dimensões, não for possível ou conveniente a utilização do equipamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

Todas as camadas de pavimentação devem ser compactadas a uma energia de 100% do Proctor Normal. A compactação será sempre iniciada pelo bordo mais baixo, prosseguindo em direção ao mais alto, de tal forma que, em cada passada, seja comprimida metade da faixa coberta pela passagem imediatamente anterior.

As passadas sucessivas de um mesmo compressor serão executadas com extensões diferentes, de modo a se evitar que o retorno ocorra sempre na mesma seção transversal, não permitindo a manobra dos compressores sobre as camadas em compactação.

Nas partes inacessíveis aos rolos compressores ou onde não for conveniente seu emprego, a compactação será executada com compactadores vibratórios portáteis.

10.9 PISO EM CONCRETO USINADO E SEMI-POLIDO

Sobre a regularização e colchão de areia, depois de perfeita compactação e nivelamento, será executada uma laje em concreto semi-polido, usinado, moldado in loco, pigmentado, com espessura de 8,0 cm, $F_{ck} = 25$ Mpa, utilizando-se para armadura tela soldada de aço CA-60, tipo Q196, com \varnothing 5,00 mm e espaçamento da malha entre os fios, igual a 10 cm X 10 cm, e juntas serrada a cada 2 m. O traço do concreto deverá ser estabelecido por dosagem experimental e será apresentado à FISCALIZAÇÃO para aprovação. O lançamento do concreto será sobre lona plástica apropriada na espessura de 150 Micra.

10.10 PISO EM CONCRETO USINADO, PIGMENTADO E SEMI-POLIDO

Em locais indicados no projeto de arquitetura será construído o piso em concreto pigmentado usinado, $F_{ck} = 25$ MPa, com armação em tela soldada, espessura de 18,0 cm, sobre lona plástica, junta serrada a cada 2,00 metros e colchão de areia, obedecendo as seguintes recomendações:

- O material da base deverá ser compactado com compactadores manuais, de modo a resultar uma superfície regularizada e conformada com as cotas do projeto;
- As operações de construção do piso compreendem os seguintes serviços: espalhamento, regularização e compactação do solo, em seguida será



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

lançada uma lona plástica na espessura de 150 Micra, em seguida a tela de aço soldada nervurada, CA-60, Q-196;

- Após estes serviços será lançado o concreto usinado $F_{ck} = 25$ MPa, vibrado com régua ou vibrador mecânico;
- Todos esses serviços serão obrigatoriamente executados por profissionais capazes para que os resultados obtidos sejam plenamente satisfatórios e estejam inteiramente de acordo com os detalhes indicados no projeto de arquitetura;
- No concreto será feito a cura química (agente de cura, protetor da evaporação da água de hidratação do concreto).

10.11 MEIO-FIO

Os meios-fios serão em concreto pré-moldado, de boa qualidade.

Serão assentes em cavas de fundação previamente compactadas, deverão ter suas arestas rigorosamente alinhadas com o estabelecido em projeto e serão rejuntados com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3.

Os meios-fios deverão possuir as seguintes dimensões mínimas (comprimento x base inferior x base superior x altura):

- Comprimento: 100 cm;
- Base inferior: 15 cm;
- Base superior: 13 cm;
- Altura: 30 cm.

A altura do meio-fio sobre o pavimento de paralelepípedos deverá ser de 15 cm.

A pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caiação).

10.12 PISO TÁTIL/PODOTÁTIL, DIRECIONAL E/OU ALERTA.

O Piso Tátil é utilizado em espaços público-privados para orientação de deficientes visuais e idosos e são utilizados no deslocamento em cor e textura contrastante com o restante do piso. Servem para orientação de percurso e para avisar a mudança da direção ou perigo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

Inicialmente serão colocadas as fôrmas que delimitarão toda a área de assentamento do piso tátil. Este deverá ser assentado sobre o colchão de areia conforme sequência abaixo:

- Espalhar a argamassa sobre colchão de areia na quantidade suficiente para permitir a instalação dos pisos táteis antes da secagem inicial. Evite respingos fora do piso, como em paredes, esquadrias, etc.;
- Cole o piso o mais próximo possível, após a instalação e nivelamento. Aplique o rejunte;
- Durante ou logo após da instalação faça a limpeza dos resíduos de argamassa que respingarem nos pisos e adjacentes, pois uma vez seco, ficará mais difícil a limpeza com os resíduos de argamassa, cimento e rejunte.

Deverá ser consultada a NBR 9050/2015 e NBR 16537/2016 – Sinalização tátil

10.13 CURA QUÍMICA

No concreto será feito a cura química (agente de cura, protetor da evaporação da água de hidratação do concreto).

11.PLAYGROUND

A CONTRATADA fornecerá e implementará os seguintes equipamentos e acessórios, em locais determinados nos detalhes do projeto de arquitetura e autorizados pela FISCALIZAÇÃO:

- Playground brinquedos de madeira: Casa Tarzan com rampa escalada, escorregador e escada marinho (conforme projeto arquitetônico);
- Gangorra com três pranchas em aço industrial, madeira ou similar.

12.APARELHOS – ACADEMIA TERCEIRA IDADE (ATI)

A CONTRATADA fornecerá e implementará os seguintes equipamentos e acessórios, em locais determinados nos detalhes do projeto de arquitetura e autorizados pela FISCALIZAÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

- **Instalação de simulador de cavalgada duplo:** Em tubo de aço carbono - equipamento de ginástica para academia ao ar livre / academia da terceira idade - ATI, instalado sobre piso de concreto existente;
- **Instalação de rotação vertical duplo:** Em tubo de aço carbono - equipamento de ginástica para academia ao ar livre / academia da terceira idade - ATI, instalado sobre piso de concreto existente;
- **Instalação de alongador com três alturas:** Em tubo de aço carbono - equipamento de ginástica para academia ao ar livre / academia da terceira idade - ATI, instalado sobre piso de concreto existente;
- **Instalação de surf duplo:** Em tubo de aço carbono - equipamento de ginástica para academia ao ar livre / academia da terceira idade; - ATI, instalado sobre piso de concreto existente;
- **Instalação de placa orientativa sobre exercícios:** 2,00 m x 1,00 m, em tubo de aço carbono - para academia ao ar livre / academia da terceira idade - ATI, instalado sobre piso de concreto existente.

13. PINTURAS

Todas as superfícies a pintar, deverão estar totalmente secas, cuidadosamente limpas, retocadas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinam.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, o que evitará enrugamentos e deslocamentos.

Deverão ser evitados escoamentos ou salpicos de tintas em superfícies não destinadas a receber pintura, como: vidros, louças sanitárias, bancadas etc.

Os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos, enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se removedor adequado.

Todas as esquadrias deverão ser protegidas com papel colante, assim como os espelhos, pedras, rosetas, puxadores, etc.

As cores estão definidas nos detalhes do projeto de arquitetura.

Toda a superfície pintada deverá apresentar, depois de pronta, uniformidade quanto à textura, tonalidade e brilho.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

A tinta aplicada será bem espalhada sobre a superfície, com espessura regular mínima possível em cada demão e livre de escorrimentos.

13.1 PINTURAS NAS PAREDES EXTERNAS

As paredes externas receberão uma pintura com tinta látex acrílica, em duas demãos, sobre uma demão de selador acrílico, obedecendo às recomendações contidas no projeto arquitetura.

Em locais indicados no projeto, será aplicada pintura com massa acrílica, em uma demão.

Aplicação de fundo selador acrílico em paredes e/ou teto, uma demão.

13.2 PINTURA PARA PISO

A pintura será feita com tinta à base de epóxi. Todas as superfícies a pintar, deverão estar totalmente secas, cuidadosamente limpas, retocadas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinam.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, o que evitará enrugamentos e deslocamentos.

Deverão ser evitados escoamentos ou salpicos de tintas em superfícies não destinadas a receber pintura. Os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos, enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se removedor adequado.

As cores estão definidas nos detalhes do projeto de arquitetura.

Toda a superfície pintada deverá apresentar, depois de pronta, uniformidade quanto à textura, tonalidade e brilho.

A tinta aplicada será bem espalhada sobre a superfície, com espessura regular mínima possível em cada demão e livre de escorrimentos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

13.3 PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA

Massa para textura lisa de base acrílica, uso interno e externo revestimento à base de resina acrílica para acabamento texturizado em superfícies internas e externas de paredes. Executar conforme especificações do fabricante.

13.4 PINTURA SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA

As superfícies metálicas de ferro/aço receberão uma pintura, em duas demãos, com tinta epoxídica. Em ambos os casos, as bases receberão um tratamento anticorrosivo sobre uma base aplicada com zarcão, em uma demão, antes da pintura com o esmalte sintético brilhante.

Em locais indicados no projeto de arquitetura, terão acabamento em pintura automotiva.

13.5 PINTURA SOBRE MADEIRA

Inicialmente, a madeira receberá uma lixamento e o pó totalmente removido.

Em seguida, será aplicada uma demão de fundo nivelador branco fosco.

Após seca, a superfície será novamente lixada e o pó removido.

Para acabamento deverá ser aplicada massa a óleo, lixamento e limpeza do pó.

A tinta esmalte fosco será aplicada em duas demãos, deixando-se secar e executando-se lixamento entre as demãos.

Para repintura, a pintura antiga deverá ser lixada até a total eliminação do brilho. O pó será eliminado e em seguida, aplicado a tinta de acabamento, em duas demãos.

14. REVESTIMENTOS

14.1 CHAPISCO

Todas as superfícies lisas como: paredes, lajes, concretos e outros elementos construtivos serão chapiscadas com argamassa no traço 1:3 (cimento e areia média) com espessura de 5,0 mm.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

As superfícies a chapiscar deverão ser limpas e abundantemente molhadas antes do início da operação.

14.2 MASSA ÚNICA

A massa única deverá ser regularizada e desempenada a régua de alumínio, com espessura máxima de 2,0 cm e parâmetros perfeitamente planos, não sendo toleradas quaisquer ondulações ou desigualdade de alinhamento da superfície.

Será utilizada argamassa de cimento, cal e areia no traço 1:2:8.

14.3 EMBOÇO

Nas paredes revestidas com cerâmica, após a completa pega do chapisco, será aplicado um emboço com argamassa, no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia), na espessura de 2,0 cm, devidamente aprumado e sarrafeado a régua, pronto para receber o revestimento.

A superfície do chapisco, antes de receber o emboço, deverá ser abundantemente molhada.

14.4 EMULSÃO ASFÁLTICA

Emulsão de superfície com emulsão asfáltica em duas demãos com manta líquida de base asfáltica modificada com a adição de elastômeros diluídos em solvente orgânico, aplicação a frio (membrana impermeabilizante asfáltica).

15. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações elétricas serão executadas rigorosamente de acordo com o projeto específico, obedecendo às Normas Brasileiras e exigências das concessionárias locais, e utilizando os materiais listados na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

As amostras de todos os materiais a serem aplicados, serão apresentadas pela CONTRATADA, para prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

15.1 VERGAS E CONTRA-VERGAS

Sobre os vãos das portas e janelas serão executadas vergas, em concreto armado e, na parte inferior dos vãos das janelas, serão executadas contra-vergas. Em ambos os casos o concreto terá o $F_{ck} = 25$ MPa, com o mínimo de 0,30 m de trespasse para cada lado dos vãos.

16. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

A contratada fornecerá e implementará em locais determinados no projeto de arquitetura e de acordo com os detalhes, os seguintes acessórios:

- Banco em madeira roliça de eucalipto, inclusive fundação e pintura verniz;
- Banco com assento em madeira composto por 5 peças de 8 x 160 cm, com cantos abaulados, tratamento impermeabilizante e aplicação de verniz marítimo, apoiado em 2 bases de concreto armado com acabamento polido cor natural, dimensão externa 50 x 18 x 45 cm (comprimento, espessura, altura), preenchido por elementos vazado de 29 x 29 x 6 cm, pintado com tinta acrílica (de acordo com o projeto) - fornecimento e instalação;
- Guarda-corpo em madeira ipê para obra da bica, $h=110$ cm, pintado com verniz externo (três demãos), composto por montante 10x10 cm a cada 2,05 metros (altura total de 1,46 m), 5 peças longitudinais de 3 x 10 cm (sendo 4 de fechamento lateral e 1 de acabamento superior). Peças laterais fixadas por encaixe. Peça superior com parafuso;
- Letras em aço inox 20 x 20 cm pintadas com tinta automotiva;
- Totem informativo (banco vermelho conforme lei 14.942/2024), com painel central adesivado nas dimensões (0,30 x 0,93 m), incluso bloco de concreto com parte aparente, conforme projeto padrão - fornecimento e instalação;
- Gradil em metalon, $h = 2,90$ m, montantes principais de seção 100 x 100 mm em chapa 16, barras verticais e transversais de seção 30 x 50 mm chapa 18. Inclusive pintura epóxi, duas demãos;
- Portão em metalon, $h = 2,40$ m, montantes principais de seção 100 x 100 mm em chapa 16, barras verticais e transversais de seção 30 x 50 mm chapa 18. inclusive pintura epóxi, 2 demãos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN

Serão executadas, rigorosamente, de acordo com o projeto específico, obedecendo às Normas Brasileiras e exigências das concessionárias locais, e utilizando os materiais listados na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

16.1 PLANTIO DE GRAMA

A FISCALIZAÇÃO indicará a área a ser recoberta com aterro vegetal, em camada nivelada, com espessura de 0,20 m.

Após a colocação da terra vegetal, será feito o plantio de grama Esmeralda, São Carlos ou Curitiba, nos locais indicados no projeto de arquitetura.

Terá uma aplicação de adubo em solo com fertilizantes especificados na planilha orçamentária.

Em seguida, o gramado será abundantemente irrigado, o que se repetirá diariamente, até o enraizamento definitivo.

A formação do gramado estará completada em 15 ou 20 dias.

16.2 PLACA INAUGURAL COM BASE EM ALVENARIA

A CONTRATADA fornecerá e implementará em locais determinados no projeto de arquitetura e de acordo com os detalhes:

- Base em alvenaria para placa inaugural, conforme projeto arquitetônico;
- Placa inaugural 40 x 30 cm em inox.

17. LIMPEZA DA OBRA

Será procedida cuidadosa verificação, por parte da FISCALIZAÇÃO, das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações elétricas, hidráulicas, instalações de prevenção e combate a incêndio, etc.

Ao final dos trabalhos, será feita a limpeza final da obra com completa varrição das instalações e retirada de todos os resíduos. Após a limpeza, será procedida cuidadosa verificação, por parte da FISCALIZAÇÃO, das perfeitas condições dos serviços realizados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

Além disso, as instalações provisórias serão retiradas e todo o entulho existente será removido. Todas as áreas serão regularizadas e mantidas limpas, para a inspeção final da FISCALIZAÇÃO.

Esses serviços serão considerados indispensáveis à conclusão das obras, objeto do contrato.

18. DESMOBILIZAÇÃO

A desmobilização consistirá na desmontagem e retirada do canteiro da obra, de todos os equipamentos e instalações provisórias existentes, mediante prévia autorização da FISCALIZAÇÃO.

19. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os itens serão medidos pela respectiva unidade listada na Planilha Orçamentária. O pagamento será feito a preço unitário contratual, ficando incluídos os custos com o fornecimento dos materiais, ferramentas, mão de obra, encargos e todos os demais itens necessários.

Todos os serviços contidos nesse item devem ser executados de acordo com as descrições contidas na planilha orçamentária, com recomendações e orientações estabelecidas nas normas correspondentes e em projetos executivos, quando houver, e orientações fornecidas pelos engenheiros de obra e fiscal.

Conforme informado anteriormente, se for comprovado algum defeito após o recebimento de um serviço e mesmo efetuado o seu pagamento, obriga-se o empreiteiro a refazê-lo, correndo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes das demolições e reconstruções.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenham



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
DIVISÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA – SEPG – UPLAN**

idêntica função e se prestam às mesmas condições do material, equipamento ou serviço especificado.

Todas as instalações deverão ser executadas com esmero e bom acabamento com todos os pertences cuidadosamente instalados em posição firme ligados às estruturas de suporte e aos respectivos pertences, formando um conjunto mecânico e eletricamente satisfatório e de boa aparência.

A CONTRATADA deverá garantir que a mão-de-obra será de primeira qualidade.

A FISCALIZAÇÃO designada para a obra poderá rejeitar a qualquer tempo, qualquer parte do fornecimento e instalação que não atenda ao presente em projeto, se existir, ou às normas técnicas que regem o assunto.

João Pessoa, 13 de fevereiro de 2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EBFA-37C4-4588-05B5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DURWAL ALBUQUERQUE DA SILVEIRA (CPF 051.XXX.XXX-54) em 13/02/2026 10:37:03 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/EBFA-37C4-4588-05B5>

ANEXO II
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.007/2026
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO nº 11.xxx/2026

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS
DA SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA/SEINFRA, E A
EMPRESA XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ
sob o nº XXXXXXXXX**

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, com sede na Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 – João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representada pelo Secretário de Infraestrutura, Sr. Rubens Falcão da Silva Neto, brasileiro, inscrita no CPF nº 338.529.604-87, portadora da Carteira de Identidade nº 683.975, SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Av. XXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro: XXXXXXXXX, cidade/Estado – CEP: xxxxxxxxx, representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF nº _____ e portador da cédula de identidade RG nº _____ SESP/xx, no **Processo Administrativo nº 6.248/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 no artigo 92, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 11.007/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para construção da praça localizada no acesso à Avenida Ayrton Senna da Silva, situada no Parque Arruda Câmara, no Setor 20, Quadra 55, Lote 0498, na Rua Professor Sizenando Costa** conforme especificações contidas no **Edital da Concorrência Pública** identificada no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Discriminação do objeto:

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para construção da praça localizada no acesso à Avenida Ayrton Senna da Silva, situada no Parque Arruda Câmara, no Setor 20, Quadra 55, Lote 0498, na Rua Professor Sizenando Costa	1,00		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;

1.4. No preço final do serviço compreende todas as despesas referentes ao objeto contratado, bem como todas as demais despesas incidentes sobre o mesmo, tais como impostos, tarifas e taxas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES

2.1. O prazo de execução é de **04 (quatro) meses** contados do(a) a partir da assinatura da ordem de serviço, conforme cronograma físico-financeiro, sugerido disposto no orçamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo contratual decorre de mais **06 (seis) meses** após conclusão do prazo de execução.

2.2. Após a comunicação da OS, será dado um prazo de **72 (setenta e duas) horas** para o contratado recebê-la.

2.3. A contratada deverá empregar equipes de trabalho suficientes, bem como adequada gestão logística para suprimento de materiais e equipamentos necessários a obra para que seja cumprido o prazo estabelecido.

2.4. A inobservância do prazo estipulado neste Contrato, ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

2.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.7. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

2.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor Global do presente contrato é de **R\$xxx (xxxxxxxxx)**, que corresponde ao fornecimento dos produtos relacionados na Cláusula Quarta, referentes ao lote xx da **Concorrência Eletrônica nº 11.007/2026**.

3.2. No preço já estão incluídos todas as despesas diretas e indiretas, impostos, encargos sociais e outras inerentes ao objeto contratado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS ([art. 92, V](#))

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

4.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o (INCC) (O Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, vez que, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes das aquisições futuras do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA Dotação Orçamentária FR Elemento de Despesa :

Classificação Funcional: 11000.11101.15.451.5099.111063
11000.11101.04.122.5099.111086

Natureza da despesa: 44.90.51

Fonte de Recursos: 1.5.00

6. CLÁUSULA SEXTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

6.1 Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento dos termos da **Concorrência Eletrônica nº. 11.007/2026 – Processo Administrativo nº 6.248/2026 – 1 DOC.**

6.2. Proposta do Licitante datada em xx de _____ de 2026.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Será admitida a subcontratação de serviço ou parcela acessória de serviços ou obras que compõem o objeto desta licitação, restrita ao limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;

7.2 É vedada a subcontratação completa do objeto da licitação ou da parcela principal da obrigação. Esta abrange os itens de maior relevância técnica e valor significativo assim definidos no instrumento convocatório para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional;

7.3 Toda subcontratação deve ser previamente submetida à apreciação da CONTRATANTE, apenas podendo ser efetivada após a sua expressa anuência;

7.4 Para a anuência da subcontratação a CONTRATADA deverá indicar:

- a natureza da subcontratação desejada;
- nome, razão social e o endereço da subcontratada proposta;
- prazo de subcontratação;
- quadro de funcionários e relação de equipamentos;
- descrição dos serviços a serem por elas executados e seus respectivos valores.

7.5 Cabe à CONTRATANTE avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis;

7.6 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.7 A relação que se estabelecerá na assinatura do Contrato será exclusivamente com a CONTRATADA, não havendo nenhum vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Administração Pública e a subcontratada, inclusive no que seja pertinente à medição e pagamentos pela contratada em relação à subcontratada.

7.8 A CONTRATADA se responsabilizará, às suas expensas, pelo fornecimento com transporte/frete posto obra, de todos os materiais/insumos que serão aplicados na execução dos serviços, independentemente do descritivo constante nas composições de custos dos serviços.

8 CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

8.1. Os serviços objeto do presente instrumento, para efeito de pagamento serão medidos através de Boletim de Medição, que depois de conferido será assinado pelo Engenheiro Fiscal, Chefe da Divisão, Secretário da SEINFRA/PMJP e pelo responsável da Contratada. As medições serão mensais, com intervalos nunca inferiores a 30 (TRINTA) dias corridos, excetuando-se as medições inicial e final, devendo ser realizada entre os dias 25 e 30 de cada mês.

8.1.1. Os prazos acima estabelecidos poderão, excepcionalmente e a critério da Diretoria responsável pela fiscalização dos serviços, serem alterados desde que observados o interesse público.

8.1.2 A medição da Administração local será paga como uma proporção da execução financeira dos demais serviços da obra, obedecendo ao percentual do valor executado, em cada medição, pela Contratada. Exemplo: “...se o construtor executou 9% do valor da obra em determinado mês, teria direito a 9% do pagamento previsto contratualmente para a Administração Local...” (Acórdão TCU 2.622/2013).

8.2. A liberação da 1ª Medição só deverá ser efetivada quando da comprovação, pela Contratada, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. sobre a execução da obra junto ao CREA/PB, nos termos da Resolução nº257, de 19.09.78 do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição.

8.3 - O pagamento de qualquer medição somente será efetuado mediante a apresentação da Guia de Recolhimento Prévio, das Contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados incluídas em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida Nota Fiscal ou Fatura, na forma prevista na Lei 8.212/91, alterada pela Lei 9.032 de 28.04.95, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como as Certidões Negativas de Débitos com a **RECEITA FEDERAL**, com a **RECEITA ESTADUAL** e com a **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**.

8.4 – No caso de a execução não estar de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências fixadas neste Contrato, a CONTRATANTE fica, desde já, autorizada a reter o pagamento em sua integralidade, até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas, aplicando-se à CONTRATADA a multa prevista na Cláusula 14.

8.5 - Deverá ser mantido o programa de desembolso geral da obra, conforme cronograma específico apresentado pelo CONSTRUTOR quando do processo de Licitação que deu origem ao presente CONTRATO.

8.6 - Se, com aprovação prévia da SEINFRA/PMJP, o cronograma de construção for modificado, a previsão de desembolso do CONSTRUTOR será revisada.

8.7 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.8 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.9 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou CRF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. Art. 68 da Lei nº14.133/2021.

8.9.1 Constatando-se, junto ao SICAF ou CRF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da União.

8.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.12 Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF ou CRF.

8.13 Constatando-se, junto ao SICAF ou CRF, a situação de irregularidade da contratada, será

providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da União.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.16.1 Persistindo a irregularidade, como medida de cautela, a Administração poderá suspender a execução do contrato e determinar a limitação de empenho, conforme art. 45 da Lei Federal nº 9.784/99.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou CRF.

8.17.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF ou CRF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.18.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Sendo: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: 6 100 365 Sendo: I = 0,00016438 TX= Percentual da taxa anual = 6%

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular dos serviços a serem prestados;

9.2. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com o cumprimento do objeto, tais como transportes, frete, carga e descarga, etc;

9.3. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem às dependências, móveis, utensílios ou equipamentos da CONTRATANTE, ou a terceiros, ficando desta forma autorizado o desconto do valor correspondendo dos pagamentos devidos ao CONTRATADO;

9.4. Utilizar mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços;

9.5. Responder, quando aplicável, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste objeto, nos termos da Lei.

9.6. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pela CONTRATANTE;

9.7. A responsabilidade da CONTRATADA é integral para com a obra nos termos do Código Civil Brasileiro. A presença da FISCALIZAÇÃO na obra não diminui a responsabilidade da

CONTRATADA,

9.8. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas;

9.9. A CONTRATADA deverá alocar todo o pessoal necessário e capacitado para execução da obra, ficando sob sua exclusiva responsabilidade a observância da Legislação Trabalhista, Previdenciária e Civil, para o seu pessoal, bem como a adoção de medidas de segurança no canteiro e eventuais acidentes ocorridos na obra;

9.10. A CONTRATADA deverá obedecer aos dispostos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho quanto ao fornecimento de uniformes e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e as recomendações da OMS e Ministério da Saúde.

9.11. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá:

i. Providenciar junto ao CREA ou CAU (entrada e recolhimento) os respectivos documentos de responsabilidade técnica referentes à execução e à FISCALIZAÇÃO, objetos do contrato e serviços pertinentes, nos termos da Lei;

ii. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objetos do contrato;

iii. Sempre deverão ser observadas as últimas versões/edições das normas exigidas pelos órgãos de fiscalização/normatização.

iv. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços;

v. Providenciar a matrícula do Cadastro Nacional de Obras (CNO), junto a Receita Federal;

vi. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e conforme a lei vigente.

vii. Efetuar todas as despesas relativas à Execução de Obras perante os Órgãos Públicos Federais, Municipais e Estaduais competentes, aos Órgãos particulares fornecedores de Energia elétrica, Abastecimento de água e esgoto e de Telefonia, bem como as despesas relativas ao Habite-se do prédio (se houver);

9.12. A CONTRATADA se responsabilizará, às suas expensas, pelo fornecimento com transporte/frete posto obra, de todos os materiais/insumos que serão aplicados na execução dos serviços, independentemente do descritivo constante nas composições de custos dos serviços.

9.13. A elaboração do PGRCC será de responsabilidade da CONTRATADA, sendo que esse deve ser entregue em até 15 dias, após a assinatura da Ordem de Serviço.

9.14. A contratada deverá elaborar e apresentar um novo cronograma físico-financeiro definindo os eventos que serão realizados, para aprovação da fiscalização.

9.15. Subcontratação:

9.15.1. Será admitida a subcontratação de serviço ou parcela acessória de serviços ou obras que compõem o objeto desta licitação, restrita ao limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;

9.15.2. É vedada a subcontratação completa do objeto da licitação ou da parcela principal da obrigação. Esta abrange os itens de maior relevância técnica e valor significativo assim definidos no instrumento convocatório para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional;

9.15.3. Toda subcontratação deve ser previamente submetida à apreciação da CONTRATANTE, apenas podendo ser efetivada após a sua expressa anuência;

9.15.4. Para a anuência da subcontratação a CONTRATADA deverá indicar:

- a natureza da subcontratação desejada;
- nome, razão social e o endereço da subcontratada proposta;
- prazo de subcontratação;
- quadro de funcionários e relação de equipamentos;
- descrição dos serviços a serem por elas executados e seus respectivos valores.

9.15.5. Cabe à CONTRATANTE avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis;

9.15.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9.15.7. A relação que se estabelecerá na assinatura do Contrato será exclusivamente com a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Administração Pública e a subcontratada, inclusive no que seja pertinente à medição e pagamentos pela contratada em relação à subcontratada

9.16. A elaboração dos Projetos Executivos previstos em planilha orçamentária que serão de responsabilidade da CONTRATADA, devem ser entregues em até 30 dias após a assinatura da Ordem de Serviço ou de acordo com a fiscalização para início das obras.

9.17. A contratada deverá elaborar e apresentar um novo cronograma físico-financeiro definindo

os eventos que serão realizados, até 05 dias após a O.S. para aprovação da fiscalização.
9.18. Os resíduos de demolição deverão ser enviados preferencialmente para a Usiben – Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção de Civil, localizada na R. Antoniêta

Sátiro – José Américo de Almeida, João Pessoa – PB, em caso de impossibilidade de recebimento do material por esta, e mediante apresentação de documentação comprobatória para a fiscalização, a executora deverá encaminhar os resíduos para áreas devidamente autorizadas.

Os materiais provenientes da terraplenagem deverão ser encaminhados para áreas de Aterro inertes devidamente autorizados. A comprovação da destinação adequada do Bota-Fora deverá ser apresentada ao fiscal por meio das notas de Controle de transporte de Resíduos emitidas pelo recebedor do material em ambas as situações.

Obrigatoriedade de exigência de contratação de egressos

Consórcio: Tendo em vista que o valor da contratação não é de grande vulto e o objeto não ser de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

Garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor.

Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR11682/2009, entre outras normativas.

Garantia: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, cabendo ao responsável pela fiscalização do contratado, assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, verificar o andamento dos serviços contratados obedecendo rigorosamente aos projetos e às suas especificações. Serão impugnados todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais;

10.10. Anotar em registro próprio informações acerca de falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas. E fixar prazo para as devidas correções;

10.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, cabendo ao responsável pela fiscalização do contratado, assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, verificar o andamento dos serviços contratados obedecendo rigorosamente aos projetos e às suas especificações.

- 10.11.1. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- 10.11.2. Serão impugnados todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais;
- 10.11.3. Anotar em registro próprio informações acerca de falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas. E fixar prazo para as devidas correções;
- 10.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário;
- 10.13. Executar as manobras de desligamento e religação do sistema para permitir a execução dos trabalhos com segurança;
- 10.14. Contatar diretamente a CONTRATADA na ocorrência de qualquer incidente que mereça correção;
- 10.15. Efetuar os pagamentos das faturas emitidas pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no contrato;
- 10.16. Fornecer todos os esclarecimentos e informações que venham ser solicitados pela CONTRATADA;
- 10.17. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- 10.18. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.19. Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.20. Efetuar os testes de parâmetro de funcionamento para recebimento dos serviços;
- 10.21. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.22. A existência de fiscalização pelo CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer vício ou falha na prestação dos serviços;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATESTO DE NOTAS FISCAIS

- 11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 17, 18, 19 e 20).
- 11.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, sendo realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 19), cabendo em especial:
- 11.2.1. prestar apoio técnico do contrato;
- 11.2.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 11.2.3. emitir notificações para as correções de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 11.2.4. informar ao gestor em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 11.2.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.
- 11.2.6. fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, por ratificação.
- 11.2.7. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 11.2.8. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do artigo 18 da Lei ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024.
- 11.2.9. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do artigo 18 da Lei ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024

da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 20).

11.4 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 18).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO DO OBJETO

12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de carácter técnico; (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Art. 22 da Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024).

12.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de carácter técnico. (Art. 22, Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024)

12.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo. (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 21)

12.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

12.5.1 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.5.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 01 dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.7.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

12.7.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.7.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.7.4 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de

inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade éticoprofissional pela perfeita execução do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS MARCAS, PATENTES E LICENÇAS

13.1. A CONTRATADA é a única responsável por eventuais infrações ao direito de uso de marcas, patentes ou licenças, responsabilizando-se pelo pagamento de **royalties** que forem devidos a terceiros, obrigando-se, igualmente, a obter para a CONTRATANTE o direito de continuar no uso dos produtos objeto de direito de terceiros, arcando com todas as despesas decorrentes das providências que forem tomadas para tanto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA TÉCNICA E DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. A Contratada no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, na modalidade de preferência a ser escolhida pelo contratado dentre as elencadas pelo artigo 96 da Lei nº 14.133 de 2021, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação de garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de 2% (dois por cento).

14.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o § 7º do artigo 90 da Lei nº 14.133, de 2021

14.4. A validade da garantia. Qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger, um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

14.5. Em caso de alteração para aumento do valor do contrato, ou de prorrogação de sua vigência, a CONTRATADA deverá complementar ou renovar a garantia nas mesmas condições.

14.6. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída em até 10 (dez) dias consecutivos após o cumprimento fiel e correto dos termos contratuais, quando do recebimento definitivo da obra e, quando em dinheiro, atualizada financeiramente.

14.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

14.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 14.9 deste contrato.

14.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

14.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.10.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

14.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 14.12., observada a legislação que rege a matéria.

14.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme

definido pelo Ministério da Economia.

14.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

14.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

14.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

14.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

14.23. Após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme art. 618 do Código Civil, contados da data de firmamento do Termo de Recebimento Definitivo, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, às reparações e/ou substituições ou se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

14.24. Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela CONTRATANTE, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

14.25. A garantia prestada pela CONTRATADA no ato de assinatura deste Contrato, bem como dos pagamentos das medições, como elemento assecuratório do cumprimento das obrigações contratuais, será devolvida logo após a plena, perfeita e correta execução do convencionado.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Municipal 15.273/2024 art. 6º; o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 fraudar a licitação

15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar e

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 as peculiaridades do caso concreto

15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação. Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa Secretaria de Infraestrutura.

15.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no

prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 À Contratante se reserva o direito de paralisar ou suspender em qualquer tempo, o fornecimento prestado pela Contratada, mediante o pagamento único e exclusivo das quantidades já solicitadas.

16.2 Aos casos omissos neste Contrato, serão aplicadas as disposições da Lei 14.333/01 e suas alterações.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 O presente instrumento será publicado, por extrato, no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO ou outro meio válido para dar publicidade, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

17.2. Incumbirá a SEINFRA divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DO FORO

18.1 Fica eleito o foro da Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com expressa renúncia de qualquer um outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato.

18.2 E por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, o qual vai assinado pelas partes contratantes abaixo arroladas.

18.3. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

João Pessoa/PB, xxx de xxxxxx de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADO (A)



UEM/SEPLAN/PMJP
CNPJ: 08.778.326/0001-56

Obra
EMPRACAMENTO ACESSO AV. AYRTON SENNA – PARQUE ARRUDA
CÂMARA - NAO DES

Bancos
SINAPI - 12/2025 - Paraíba 21,34%

B.D.I.

Encargos Sociais

**Não Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
Bases.**

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES GERAIS					64.689,40	14,44 %
1.1			SERVIÇOS PRELIMINARES					64.689,40	14,44 %
1.1.1	UEM01001/007	Próprio	TAXA DO CREA - EXERCÍCIO 2026 - (AF- 11/2025)	UN	1,00	285,59	346,53	346,53	0,08 %
1.1.2	UEM01066	Próprio	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - (AF-12/2021)	m²	18,00	530,22	643,37	11.580,66	2,58 %
1.1.3	UEM01059/003	Próprio	MOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E DE EQUIPAMENTOS, INCLUSIVE MOBILIZAÇÕES COM VEÍCULO LEVE - (AF-12/2021)	UN	1,00	1.868,25	2.266,93	2.266,93	0,51 %
1.1.4	UEM01070/001	Próprio	LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA E ESGOTO - (AF-12/2021)	UN	1,00	268,07	325,28	325,28	0,07 %
1.1.5	UEM13499/001	Próprio	ENTRADA DE ENERGIA PROVISÓRIA TRIFÁSICA, EM BAIXA TENSÃO 380/220, ATRAVÉS DE RAMAL AÉREO MONTAGEM E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL - (AF-01/2022)	UN	1,00	2.760,10	3.349,11	3.349,11	0,75 %
1.1.6	98459	SINAPI	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	m²	70,42	97,45	118,25	8.327,17	1,86 %
1.1.7	UEM16122/002	Próprio	ALUGUEL DE BANHEIRO QUÍMICO, COM LIMPEZAS DIÁRIAS - (AF-03/2022)	mês	4,00	669,02	811,79	3.247,16	0,72 %
1.1.8	00010776	SINAPI	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	4,00	662,10	803,39	3.213,56	0,72 %
1.1.9	UEM20184	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA - EMPRACAMENTO ACESSO AV. AYRTON SENNA	%	100,00	263,99	320,33	32.033,00	7,15 %
2			DEMOLIÇÕES, LIMPEZAS E RETIRADAS					9.334,83	2,08 %
2.1	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	m²	911,16	0,66	0,80	728,93	0,16 %
2.2	UEM08084/003	Próprio	RETIRADA MANUAL DE MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA OU PRÉ- MOLDADO - (AF-02/2022)	M	24,21	12,00	14,56	352,50	0,08 %
2.3	UEM02006/001	Próprio	DEMOLIÇÃO DE PISO EM PEDRA CALCÁREA/RACHINHA - (AF- 01/2022)	m²	8,69	31,20	37,86	329,00	0,07 %

2.4	100982	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	13,20	8,85	10,74	141,77	0,03 %
2.5	100978	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	113,89	6,87	8,34	949,84	0,21 %
2.6	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.316,20	2,43	2,95	6.832,79	1,52 %
3			PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA					7.525,22	1,68 %
3.1	UEM21004/001	Próprio	PROJETO EXECUTIVO DE ILUMINAÇÃO DE ÁREAS EXTERNAS (PRAÇAS, CALÇADÕES, ORLAS, COMPLEXO COM VÁRIAS EDIFICAÇÕES, ETC) - (AF-06/2025)	m²	911,16	1,10	1,33	1.211,84	0,27 %
3.2	UEM21030	Próprio	PROJETO EXECUTIVO DE URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS, QUADRAS, PARQUES AQUÁTICOS, CALÇADÕES, CEMITÉRIOS, ÁREAS LIVRES PARA RECREAÇÃO, FEIRAS E EXPOSIÇÕES - ATÉ 2.000 M²	m²	911,16	2,30	2,79	2.542,14	0,57 %
3.3	UEM21110	Próprio	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ATÉ 2.500,00 M2 - (AF-01/2023)	m²	639,24	1,55	1,88	1.201,77	0,27 %
3.4	UEM21040	Próprio	PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLENAGENS E GEOMÉTRICOS DE VIAS COM INDICAÇÃO DE JAZIDA ATÉ 14.000,00 M2 - (AF-02/2022)	m²	911,16	0,95	1,15	1.047,83	0,23 %
3.5	UEM21069/002	Próprio	AS BUILT DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2, INCLUSIVE MANUAL DE USO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO - (AF-07/2022)	m²	911,16	1,38	1,67	1.521,64	0,34 %
4			EMPRAÇAMENTO					366.161,49	81,71 %
4.1			SERVIÇOS PRELIMINARES					431,17	0,10 %
4.1.1	UEM01022/003	Próprio	LOCAÇÃO DE PRAÇAS COM PIQUETES DE MADEIRA - (AF-12/2021)	M²	513,30	0,69	0,84	431,17	0,10 %
4.2			MOVIMENTO DE TERRA					26.133,05	5,83 %
4.2.1	100575	SINAPI	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024	m²	461,97	0,56	0,68	314,14	0,07 %
4.2.2	UEM03021	Próprio	REGULARIZAÇÃO MANUAL E COMPACTAÇÃO COM PLACA VIBRATÓRIA - (AF-12/2021)	m²	51,33	10,55	12,80	657,02	0,15 %
4.2.3	101114	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020	m³	200,57	4,47	5,42	1.087,09	0,24 %
4.2.4	UEM03018/001	Próprio	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL) - (AF-01/2022)	M³	16,03	42,64	51,74	829,39	0,19 %
4.2.5	104737	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	m³	8,01	21,43	26,00	208,26	0,05 %

4.2.6	97084	SINAPI	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	m²	82,99	0,68	0,83	68,88	0,02 %
4.2.7	COTAÇÃO 36	Próprio	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) - AF-08/25	M³	82,99	25,00	30,34	2.517,92	0,56 %
4.2.8	100978	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	335,31	6,87	8,34	2.796,49	0,62 %
4.2.9	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	5.984,36	2,43	2,95	17.653,86	3,94 %
4.3			PISO/PAVIMENTAÇÃO					118.268,47	26,39 %
4.3.1	92397	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m²	380,17	71,44	86,69	32.956,94	7,35 %
4.3.2	UEM08220/002	Próprio	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO 25MPA, MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO SEMI POLIDO, ESPESSURA 8 CM, ARMADO EM TELA SOLDADA, INCLUSIVE LONA PLÁSTICA, INCLUSIVE JUNTA SERRADA A CADA 2M - (AF-10/2022)	m²	121,46	98,33	119,31	14.491,39	3,23 %
4.3.3	UEM08251/001	Próprio	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO ARMADO, FCK = 25 MPA, ESPESSURA DE 18,0 CM, PIGMENTADO, INCLUSIVE JUNTA DE DILATAÇÃO - UTILIZAÇÃO EM ÁREAS DE FLUXO DE CAMINHÕES - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO - (AF-08/2022)	m²	125,94	259,75	315,18	39.693,77	8,86 %
4.3.4	COTAÇÃO 33	Próprio	AREIA GROSSA (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) - (AF 08/2025)	M³	25,90	31,67	38,43	995,34	0,22 %
4.3.5	COTAÇÃO 42	Próprio	AREIA FINA (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) - (AF 08/2025)	M³	19,09	20,83	25,28	482,60	0,11 %
4.3.6	100574	SINAPI	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024	m³	44,99	1,40	1,70	76,48	0,02 %
4.3.7	97084	SINAPI	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	m²	306,81	0,68	0,83	254,65	0,06 %
4.3.8	96388	SINAPI	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLO DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO), COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE E SOLO. AF_09/2024	m³	68,43	8,81	10,69	731,52	0,16 %
4.3.9	COTAÇÃO 34	Próprio	PEDREGULHO OU PICARRA DE JAZIDA, AO NATURAL, PARA BASE DE PAVIMENTAÇÃO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) - (AF 08/2025)	M³	68,43	29,17	35,39	2.421,74	0,54 %
4.3.10	100978	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	137,27	6,87	8,34	1.144,83	0,26 %

4.3.11	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.086,59	2,43	2,95	6.155,44	1,37 %
4.3.12	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	217,05	43,10	52,30	11.351,72	2,53 %
4.3.13	94274	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	50,23	45,82	55,60	2.792,79	0,62 %
4.3.14	UEM08275	Próprio	PAVIMENTAÇÃO COM PISO TÁTIL DIRECIONAL E/OU ALERTA, EM CONCRETO, COLORIDO, P/DEFICIENTES VISUAIS, DIMENSÕES 25X25CM, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE - (AF-09/2023)	m²	11,67	159,16	193,12	2.253,71	0,50 %
4.3.15	UEM08194/001	Próprio	CURA QUIMICA PARA PISO DE CONCRETO CONTRA A DESIDATRAÇÃO COM APLICAÇÃO POR PULVERIZAÇÃO - (AF-02/2022)	m²	121,46	7,19	8,72	1.059,13	0,24 %
4.3.16	95240	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024	m²	11,67	19,51	23,67	276,23	0,06 %
4.3.17	UEM05091	Próprio	FORMA PLANA PARA ESTRUTURAS, EM TÁBUAS DE PINHO, 04 USOS - (AF-03/2022)	m²	9,03	103,15	125,16	1.130,19	0,25 %
4.4			PINTURA					3.732,98	0,83 %
4.4.1	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	267,28	1,59	1,93	515,85	0,12 %
4.4.2	102494	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	m²	5,94	59,65	72,38	429,94	0,10 %
4.4.3	UEM11002	Próprio	PREPARO DE SUPERFÍCIE COM LIXAMENTO DE PAREDES E/OU TETOS - (AF-05/2025)	M²	95,28	4,21	5,11	486,88	0,11 %
4.4.4	95305	SINAPI	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	62,28	13,70	16,62	1.035,09	0,23 %
4.4.5	88432	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM MOLDURAS DE EPS. AF_03/2024	m²	33,00	31,60	38,34	1.265,22	0,28 %
4.5			BRINQUEDOS PLAYGROUND					14.401,13	3,21 %
4.5.1	UEM16286	Próprio	PLAYGROUND BRINQUEDOS DE MADEIRA - CASA TARZAN COM RAMPA ESCALADA, ESCORREGADOR E ESCADA MARINHEIRO.	UN	1,00	7.746,01	9.399,01	9.399,01	2,10 %
4.5.2	UEM16425	Próprio	GANGORRA COM TRÊS PRANCHAS EM MADEIRA EUCALIPTO TRATADO OU SIMILAR - (AF-06/2022)	UN	1,00	4.122,40	5.002,12	5.002,12	1,12 %
4.6			APARELHOS - ACADEMIA TERCEIRA IDADE (ATI)					16.549,29	3,69 %

4.6.1	UEM18048	Próprio	INSTALAÇÃO DE SIMULADOR DE CAVALGADA DUPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_09/2023	UN	1,00	4.177,75	5.069,28	5.069,28	1,13 %
4.6.2	103208	SINAPI	INSTALAÇÃO DE ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00	1.962,30	2.381,05	2.381,05	0,53 %
4.6.3	103206	SINAPI	INSTALAÇÃO DE ALONGADOR COM TRÊS ALTURAS, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00	2.389,93	2.899,94	2.899,94	0,65 %
4.6.4	103209	SINAPI	INSTALAÇÃO DE SURF DUPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00	2.820,27	3.422,12	3.422,12	0,76 %
4.6.5	103210	SINAPI	INSTALAÇÃO DE PLACA ORIENTATIVA SOBRE EXERCÍCIOS, 2,00M X 1,00M, EM TUBO DE AÇO CARBONO - PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00	2.288,53	2.776,90	2.776,90	0,62 %
4.7			SERVIÇOS COMPLEMENTARES					87.904,00	19,62 %
4.7.1	103946	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	m²	224,18	20,56	24,95	5.593,29	1,25 %
4.7.2	UEM15001/003	Próprio	FORNECIMENTO E ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL PREPARADA - (AF-01/2022)	M³	22,41	194,08	235,50	5.277,56	1,18 %
4.7.3	UEM16287/001	Próprio	BANCO EM MADEIRA ROLIÇA DE EUCALIPTO, INCLUSIVE FUNDAÇÃO E PINTURA VERNIZ.- (AF-12/23)	UN	6,00	912,87	1.107,68	6.646,08	1,48 %
4.7.4	UEM16481/001	Próprio	GUARDA-CORPO EM EUCALIPTO PARA OBRA DA BICA, H=110CM, PINTADO COM VERNIZ EXTERNO (3 DEMÃOS), COMPOSTO POR MONTANTE e=10CM A CADA 2,05 METROS (ALTURA TOTAL DE 1,46M), 5 PEÇAS LONGITUDINAIS DE e=10CM (SENDO 4 DE FECHAMENTO LATERAL E 1 DE ACABAMENTO SUPERIOR). PEÇAS LATERAIS FIXADAS POR ENCAIXE. PEÇA SUPERIOR COM PARAFUSO. (AF.: 08/2024).	m	139,15	356,09	432,08	60.123,93	13,42 %
4.7.5	UEM16479	Próprio	LETRAS EM AÇO INOX 20X20 CM PINTADAS COM TINTA AUTOMOTIVA - (AF-09/2023)	un	29,00	138,29	167,80	4.866,20	1,09 %
4.7.6	UEM16144/003	Próprio	PLACA DE INAUGURAÇÃO EM AÇO INOX (40 x 30 CM) COM BASE EM ALVENARIA ESTRUTURAL (e=14 cm) COM FUNDAÇÃO EM PEDRA ARGAMASSADA, REVESTIDA COM GRANILITE E DETALHES EM PINTURA ACRÍLICA, CONFORME PROJETO. - (AF-03/2022)	UN	1,00	918,20	1.114,14	1.114,14	0,25 %

4.7.7	UEM17160	Próprio	BANCO COM ASSENTO EM MADEIRA COMPOSTO POR 5 PEÇAS DE 8x160CM, COM CANTOS ABAULADOS, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE E APLICAÇÃO DE VERNIZ MARÍTIMO, APOIADO EM 2 BASES DE CONCRETO ARMADO COM ACABAMENTO POLIDO COR NATURAL, DIMENSÃO EXTERNA 50X18X45CM (COMPRIMENTO, ESPESSURA, ALTURA), PREENCHIDO POR ELEMENTOS VAZADO DE 29x29X6CM, PINTADO COM TINTA ACRÍLICA (DE ACORDO COM O PROJETO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00	746,40	905,68	905,68	0,20 %
4.7.8	UEM11012	Próprio	PINTURA PARA SUPERFÍCIES DE MADEIRA COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE FUNDO SINTÉTICO NIVELADOR E 02 DEMÃOS DE TINTA ESMALTE OU ÓLEO - (AF-06/2022)	m²	1,64	33,31	40,42	66,29	0,01 %
4.7.9	UEM15110	Próprio	TOTEM INFORMATIVO (BANCO VERMELHO CONFORME LEI 14.942/2024), COM PAINEL CENTRAL ADESIVADO NAS DIMENSÕES (0,30X0,93m), INCLUSO BLOCO DE CONCRETO COM PARTE APARENTE, CONFORME PROJETO PADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - (AF-09/2025).	UN	1,00	2.728,56	3.310,83	3.310,83	0,74 %
4.8			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					52.367,19	11,69 %
4.8.1			REDE PRAÇA E QUADRA					11.527,32	2,57 %
4.8.1.1	93009	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	200,00	28,58	34,68	6.936,00	1,55 %
4.8.1.2	93020	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	20,00	24,54	29,78	595,60	0,13 %
4.8.1.3	UEM13865	Próprio	LUVA PARA ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, DIÂM = 2". - (AF-11/2023)	UN	67,00	7,76	9,42	631,14	0,14 %
4.8.1.4	UEM13867	Próprio	CABO DE ALUMÍNIO MULTIPLEX XLPE 06/1KV 3X1X16+16MM2 - (AF-11/2023)	M	200,00	13,74	16,67	3.334,00	0,74 %
4.8.1.5	UEM13101/001	Próprio	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO 19MM X 10M - (AF-02/2022)	Un	2,00	12,60	15,29	30,58	0,01 %
4.8.2			COMANDO IP					959,08	0,21 %
4.8.2.1	UEM13727/001	Próprio	QUADRO DE COMANDO PARA ILUMINAÇÃO EXTERNA, INCLUSIVE CONTATOR 45A, QUADRO EM AÇO 200X300X200MM, RELÉ COM BASE E DISJUNTORES MONOFÁSICO DE 6 A 32A. - (AF-06/2024)	UN	1,00	790,41	959,08	959,08	0,21 %
4.8.3			ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL					34.199,98	7,63 %
4.8.3.1	UEM13239/002	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE HASTE DE ATERRAMENTO 3/4"x3,00m com conector - AF-11/2022	un	11,00	184,08	223,36	2.456,96	0,55 %
4.8.3.2	UEM13056/003	Próprio	CABO DE COBRE NU 6MM2 PARA ATERRAMENTO - (AF-05/2024)	M	33,00	11,06	13,42	442,86	0,10 %

4.8.3.3	UEM13059	Próprio	MASSA PARA CALAFETAÇÃO (FORNECIMENTO) - (AF-02/2022)	KG	2,75	32,66	39,63	108,98	0,02 %
4.8.3.4	UEM13316/005	Próprio	CAIXA DE PASSAGEM 40X40X40CM EM ALVENARIA MACIÇA DE 1/2VEZ, CHAPISCADA E REBOCADA NAS DUAS FACES, COM FUNDO DE BRITA Nº2 E TAMPA EM CONCRETO ARMADO ESPESSURA 5CM - INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E REATERRO. - (AF-04/2022)	UN	11,00	165,88	201,28	2.214,08	0,49 %
4.8.3.5	UEM13866	Próprio	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 25 MM2. - (AF-11/2023)	UN	55,00	15,07	18,29	1.005,95	0,22 %
4.8.3.6	UEM13728	Próprio	CONECTOR DE EMENDA PARA CABO 4,0 mm². (AF-11/2022)	UN	44,00	3,82	4,64	204,16	0,05 %
4.8.3.7	UEM13437	Próprio	CABO DE COBRE PP 3 X 4,0 MM2, 450/750V - FORNECIMENTO. - (AF-04/2022)	M	95,43	18,02	21,87	2.087,05	0,47 %
4.8.3.8	UEM13562	Próprio	POSTE DECORATIVO EM AÇO GALVANIZADO COM 7,00M INCLUSIVE LÂMPADA LED DE 180W, SUPORTE E BRAÇOS DE APOIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - (AF-11/2022)	UN	9,00	1.840,78	2.233,60	20.102,40	4,49 %
4.8.3.9	UEM13863	Próprio	POSTE DECORATIVO EM AÇO GALVANIZADO COM 7,00M INCLUSIVE LÂMPADA LED DE 180W, 2 PÉTALAS, SUPORTE E BRAÇOS DE APOIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - (AF-11/2022)	UN	2,00	2.298,31	2.788,77	5.577,54	1,24 %
4.8.4			PADRÃO DE MEDIÇÃO					5.680,81	1,27 %
4.8.4.1	UEM13519	Próprio	FORNECIMENTO DE ABRAÇADEIRA PLÁSTICA SERRILHADA 200 X 4,6 MM - (AF-02/2022)	un	10,00	0,92	1,12	11,20	0,00 %
4.8.4.2	101538	SINAPI	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA, COM 1 ESTRIBO E 1 ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2025	UN	1,00	49,96	60,62	60,62	0,01 %
4.8.4.3	UEM13771	Próprio	BUCHA COM ARRUELA EM ALUMÍNIO P/ELETRODUTO 20MM, D=3/4" (AF-04/2022)	UN	1,00	2,09	2,54	2,54	0,00 %
4.8.4.4	UEM13211	Próprio	BUCHA COM ARRUELA EM ALUMÍNIO P/ELETRODUTO 25MM, D=1" (A.F 04/2022)	UN	1,00	2,47	3,00	3,00	0,00 %
4.8.4.5	UEM13201	Próprio	FORNECIMENTO DE ARRUELA QUADRADA 38 MM C/ FURO 18 MM - (AF-02/2022)	un	2,00	2,42	2,94	5,88	0,00 %
4.8.4.6	UEM13057	Próprio	CABEÇOTE DE ALUMÍNIO PARA ENTRADA DE LINHA DE ALIMENTAÇÃO PARA ELETRODUTO DE 1" - (AF-06/2022)	UN	1,00	11,69	14,18	14,18	0,00 %
4.8.4.7	UEM13056/003	Próprio	CABO DE COBRE NU 6MM2 PARA ATERRAMENTO - (AF-05/2024)	M	10,00	11,06	13,42	134,20	0,03 %
4.8.4.8	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	40,00	11,21	13,60	544,00	0,12 %
4.8.4.9	97892	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M. AF_12/2020	UN	1,00	394,15	478,26	478,26	0,11 %
4.8.4.10	98111	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UN	3,00	48,33	58,64	175,92	0,04 %
4.8.4.11	UEM13352/001	Próprio	CAIXA DE MEDIÇÃO TRIFÁSICA EM NORIL (POLICARBONATO), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - (AF-06/2022)	UN	1,00	173,56	210,60	210,60	0,05 %

4.8.4.12	UEM13461	Próprio	CURVA 90° PARA ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, DIÂM. = 1" - (AF-06/2022)	un	1,00	8,33	10,11	10,11	0,00 %
4.8.4.13	UEM13460	Próprio	CURVA 90° PARA ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, DIÂM. = 3/4" - (AF-06/2022)	un	1,00	6,31	7,66	7,66	0,00 %
4.8.4.14	UEM13072	Próprio	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, DIÂM = 25MM (3/4"), INCLUSIVE LUVA - (AF-06/2022)	M	3,00	15,58	18,90	56,70	0,01 %
4.8.4.15	UEM13061	Próprio	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, DIÂM = 32MM (1"), INCLUSIVE LUVA - (AF-06/2022)	M	6,00	19,83	24,06	144,36	0,03 %
4.8.4.16	UEM13058	Próprio	FECHO PARA FITA AÇO INOX 3/4 E 1/2", FUSIMEC OU SIMILAR - FORNECIMENTO - (AF-12/2022)	UN	4,00	1,25	1,52	6,08	0,00 %
4.8.4.17	UEM13098	Próprio	FITA EM AÇO INOX, FUSIMEC OU SIMILAR - FORNECIMENTO	M	4,00	3,67	4,45	17,80	0,00 %
4.8.4.18	00000404	SINAPI	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO), LARGURA DE 19 MM	M	20,00	1,18	1,43	28,60	0,01 %
4.8.4.19	UEM13238	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"X3,00M COM CONECTOR - (AF-02/2022)	UN	3,00	139,51	169,28	507,84	0,11 %
4.8.4.20	UEM13059	Próprio	MASSA PARA CALAFETAÇÃO (FORNECIMENTO) - (AF-02/2022)	KG	0,50	32,66	39,63	19,82	0,00 %
4.8.4.21	UEM13202	Próprio	FORNECIMENTO DE PARAFUSO ROSCA DUPLA 16 X 200MM - (AF-02/2022)	UN	1,00	17,49	21,22	21,22	0,00 %
4.8.4.22	UEM13203	Próprio	PORCA QUADRADA ROSCA DN 16 MM, FORNECIMENTO - (AF-06/2022)	UN	2,00	2,48	3,01	6,02	0,00 %
4.8.4.23	UEM13074/001	Próprio	POSTE DE CONCRETO DUPLO T (DT) 7/150 - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO - (AF-02/2022)	UN	1,00	874,61	1.061,25	1.061,25	0,24 %
4.8.4.24	93672	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	79,47	96,43	96,43	0,02 %
4.8.4.25	UEM16214/005	Próprio	PAREDE EM ALVENARIA PARA QUADROS DE MEDIÇÃO, DIM. 1,80 X 1,80 X 0,15 M, COM 2 PILARETES LATERAIS DE 15X25CM, CINTA INFERIOR 20X20CM, CINTA SUPERIOR 15X15CM, REVESTIDA COM CHAPISCO, REBOCO E ACABAMENTO EM PINTURA ACRÍLICA. - (AF-06/2022)	UN	1,00	1.445,34	1.753,78	1.753,78	0,39 %
4.8.4.26	UEM13669	Próprio	REMOÇÃO DE POSTE DE FERRO, INCLUSIVE BASE DE FIXAÇÃO - (AF-09/2022)	UN	1,00	249,50	302,74	302,74	0,07 %
4.9			INSTALAÇÃO DE GRADIL NOVO					45.082,74	10,06 %
4.9.1	UEM01034	Próprio	LOCAÇÃO DE MURO, INCLUSIVE EXECUÇÃO DE GABARITO DE MADEIRA - (AF-06/2022)	M	16,73	1,29	1,57	26,27	0,01 %
4.9.2	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	4,01	84,33	102,33	410,34	0,09 %
4.9.3	101616	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	m²	6,69	6,21	7,54	50,44	0,01 %
4.9.4	UEM04052	Próprio	EMBASAMENTO C/PEDRA ARGAMASSADA - (AF-06/2022)	m³	2,67	594,61	721,50	1.926,41	0,43 %
4.9.5	104737	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	m³	3,14	21,43	26,00	81,64	0,02 %
4.9.6	UEM05196/001	Próprio	VERGAS, CINTAS E PILARETES DE CONCRETO ARMADO, 25MPA. - (AF-03/2022)	m³	6,49	2.045,35	2.481,83	16.107,08	3,59 %

4.9.7	UEM06004	Próprio	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9X19X19)CM C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP=20 CM - (AF-01/2022)	m²	2,67	142,23	172,58	460,79	0,10 %
4.9.8	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	12,04	6,79	8,24	99,21	0,02 %
4.9.9	87794	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	m²	12,04	43,98	53,37	642,57	0,14 %
4.9.10	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	12,04	3,94	4,78	57,55	0,01 %
4.9.11	88423	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF_03/2024	m²	12,04	21,65	26,27	316,29	0,07 %
4.9.12	90283	SINAPI	GRAUTE FGK=20 MPA; TRAÇO 1:1,8:2,1:0,4 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA GROSSA/ BRITA 0/ ADITIVO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_09/2021	m³	0,17	586,41	711,55	120,96	0,03 %
4.9.13	UEM10471/001	Próprio	GRADIL EM METALON, H=2,90M, MONTANTES PRINCIPAIS DE SEÇÃO 100X100MM EM CHAPA 16, BARRAS VERTICAIS E TRANSVERSAIS DE SEÇÃO 30X50MM CHAPA 18. INCLUSIVE PINTURA EPÓXI, 2 DEMÃOS. AF_12/23	m	16,73	980,32	1.189,52	19.900,67	4,44 %
4.9.14	UEM10472	Próprio	PORTÃO EM METALON, H=2,40M, MONTANTES PRINCIPAIS DE SEÇÃO 100X100MM EM CHAPA 16, BARRAS VERTICAIS E TRANSVERSAIS DE SEÇÃO 30X50MM CHAPA 18. INCLUSIVE PINTURA EPÓXI, 2 DEMÃOS. AF_12/23	m	4,15	969,60	1.176,51	4.882,52	1,09 %
4.10			IMPERMEABILIZAÇÕES					1.291,47	0,29 %
4.10.1	98546	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=4MM. AF_09/2023	m²	7,87	135,24	164,10	1.291,47	0,29 %
5			SERVIÇOS FINAIS					390,11	0,09 %
5.1	UEM17022	Próprio	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS) - (AF-06/2022)	m²	513,30	0,63	0,76	390,11	0,09 %

Total sem BDI
Total do BDI
Total Geral

369.286,56
78.814,49
448.101,05

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO IV

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.007/2026

_____(Nome da Licitante)_____, CNPJ nº, sediada _____ por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº ____ e do CPF nº _____, Concorrência Eletrônica nº ____/____, apresenta a seguinte proposta de preços:

LOTE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	MARCA	FABRICANTE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL

Além das informações acima, a proposta deverá conter:

I) O prazo de validade da proposta de preços é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

II) Declaração da licitante informando que está de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital, bem como que aceita todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Contrato.

III) Declaração da licitante informando que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude da expectativa inflacionária.

IV) Declaração da licitante, informando que no caso de adjudicação do objeto do presente pregão, compromete-se a entregá-lo/realizá-lo no prazo determinado no instrumento convocatório.

Fornecimento dos seguintes dados, para fins de posterior pagamento:

Razão Social;
CNPJ/MF;
Endereço;
Cidade/ UF;
CEP;
Tel./Fax;
E-mail;
Banco;
Agência;
Conta.

João
Pessoa/PB, __/____

(NOME DA LICITANTE)
(nome e nº do documento do representante)



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

ANEXO V

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.007/2026

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada no _____ (a) _____ (endereço completo), declara para os devidos fins de direito, que manterá na Obra o _____ (Nome do Profissional Habilitado e o número da Carteira do CREA e ou CAU) corresponsável na Gerência dos Serviços, objeto do Edital de Concorrência Eletrônica nº 11.007/2026.

(a) _____
nome e número da identidade do declarante

(b) _____
_____ nome do Engenheiro Civil com o número da carteira do CREA e ou CAU

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.007/2026

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA
DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE PÚBLICO**

Para fins de participação na licitação (indicar o nº registrado no Edital), a(o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE)_____, CNPJ nº _____, sediada(o) à _____(ENDEREÇO COMPLETO), representado por (NOME COMPLETO DOS SÓCIOS) _____, CPF nº _____declara(amos), sob as penas da lei, que até a presente data que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nem deles é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com os agentes políticos (vereadores) vinculados ao Poder Legislativo do Estado da Paraíba com os ocupantes de cargos de direção, chefia e membros da comissão de licitação da Câmara Municipal de João Pessoa, nos moldes do (Acórdão nº 1.160/08, Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo, DOU de 24.06.2008), com vista dos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade e disposições no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Local e data

Nome e identificação do declarante

ESTADO DA PARAÍBA
PEFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO VII
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.007/2026
DECLARAÇÃO DE QUANTITATIVOS DE SERVIÇOS

Serviço requerido no edital	Inserir serviço		Quantidade requerida no edital	Inserir quantidade
Certidão de Acervo Técnico (CAT)	Descrição do serviço	Quantidade executada	Unidade	Número da página
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
Quantidade executada total =			-	

Local, data, 2025.

Nome da empresa e CNPJ
Assinatura do Responsável pela empresa.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

ANEXO VIII

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.007/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA COTA DE APRENDIZES

Para fins de participação na licitação (indicar o nº registrado no Edital), a(o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE)_____, CNPJ nº _____, sediada(o) à_____(ENDEREÇO COMPLETO), representado por (NOME COMPLETO DOS SÓCIOS), CPF nº_____declara(amos), sob as penas da lei, que serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que esteja em situação de vulnerabilidade ou de riscos sociais, nos termos do artigo 53, caput, incisos I a III, §§1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018.

Local e data

Nome e identificação do declarante

ESTADO DA PARAÍBA
PEFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO IX

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.007/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

Pelo _____ presente, a _____ pessoa jurídica
_____(nome da empresa), inscrita no
CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante
legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____, órgão expedidor _____, e do
CPF nº _____, DECLARA que:

1 – Possui endereço eletrônico (e-mail), sendo este:
_____;

2 – Tem pleno conhecimento que se houver mudança para novo endereço eletrônico, deverá informá-lo de imediato por meio de nova declaração;

3- Tem pleno conhecimento que a não atualização do endereço eletrônico diante da hipótese prevista no item 2 desta declaração, não implicará nenhum vício processual;

4 – Tem ciência que eventuais comunicações e notificações em procedimentos administrativos serão encaminhadas para o endereço eletrônico acima informado, considerando-se automaticamente realizada ao término do prazo de 10 (dez) dias, quando começará a fluir eventual prazo.

Local e data

Nome e identificação do declarante